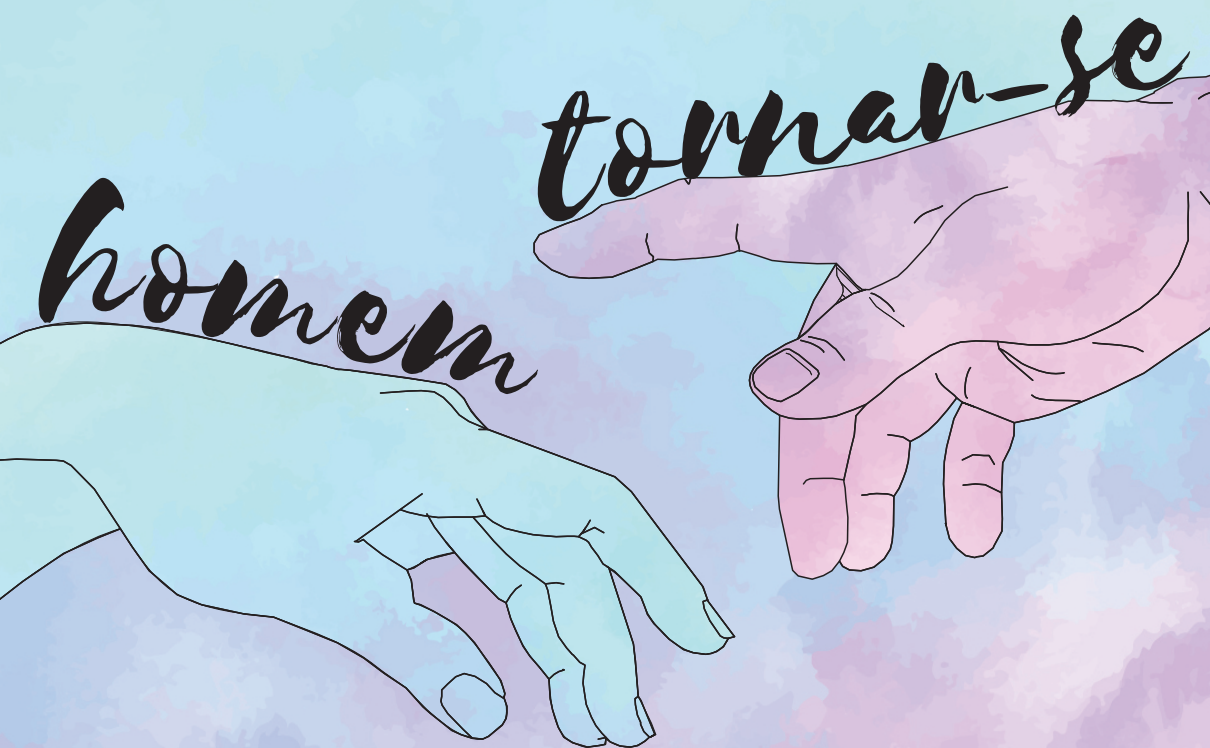


Davi Miranda
Adelma Pimentel



Reconhecimento da identidade
psicológica transmasculina

Davi Miranda
Adelma Pimentel

Tornar-se homem:
reconhecimento da identidade
psicológica transmasculina

Belém
2024

©2024 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Todos os direitos da publicação reservados. O conteúdo dos artigos aqui publicados, no que diz respeito à linguagem e ao conteúdo, é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial do Instituto Federal do Pará, da Editora IFPA ou das instituições parceiras. Esta publicação foi selecionada pelo Conselho Editorial da Editora IFPA no sistema fluxo contínuo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

M672t Miranda, Davi
Tornar-se homem: reconhecimento da identidade psicológica
transmasculina / Davi Miranda, Adelma Pimentel. – Belém: EDIFPA, 2024.

156p.

ISBN: 978-65-87415-78-9

1. Psicologia. 2. Orientação sexual. I. Miranda, Davi. II. Pimentel,
Adelma. III. Título.

CDD 23: 306.76

Editora IFPA

Av. João Paulo II, nº 514 - Castanheira

Prédio Reitoria, 1º andar.

CEP: 66645-240

Belém - PA

editora.ifpa@ifpa.edu.br

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretario de Educação Profissional e Tecnológica

Getulio Marques Ferreira

Reitora

Ana Paula Palheta Santana

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Proppg

Saulo Rafael Silva e Silva

Presidente do Conselho Editorial

Saulo Rafael Silva e Silva

Conselho Editorial

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar

Bruno Rafael Ribeiro de Almeida

Hericley Serejo Santos

Laísa Maria de Resende Castro

Lidineusa Machado Araújo

Marco Aurélio Lopes Della Flora

Maria José Souza dos Santos

Nelson de Lima Ribeiro Filho

Priscilla Bezerra Barbosa

Raimundo Adalberto Pacheco de Pinho

Rejane de Barros Araújo

Ricardo Regis de Almeida

Uemeson José dos Santos

Wálery Costa dos Reis

Projeto gráfico e diagramação

Ana Carolina Chagas Marçal

Revisão de texto

Maria Reinize Semblano Gonçalves

Dedicatória

À minha mãe Cleide e minha avó Mafalda, mulheres que com seu amor e dedicação me tornaram o homem que eu sou.

À minha esposa Raquel e nossa filha Andra, o amor e o incentivo de vocês tornaram este sonho possível.

A todas as pessoas trans que vieram antes de mim e abriram os caminhos para que mais de nós pudéssemos alçar voos mais altos.

Agradecimentos

Uma jornada se faz com apoio de uma rede de amigos, afetos e apoio institucional. Assim, nossas retribuições.

Acima de tudo, agradeço a meu Pai Oxossi, Senhor das Matas, que me deu força e perseverança para seguir.

À minha família que nos momentos de maior dificuldade sempre se mostrou presente, quero dividir com vocês mais uma conquista.

À minha amada esposa, pela compreensão, suporte emocional e por seu bom humor, que permitiu que esta jornada se tornasse muito mais leve.

Agradeço ao amigo e irmão Yan Barbosa, que sempre esteve ao meu lado.

À orientadora e amiga, Profa. Dra. Adelma Pimentel, pela competência e respeito com que conduziu este processo.

Às Professoras Dra. Jaqueline Gomes de Jesus e Telma Amaral, pelas valiosas contribuições no percurso de composição da obra.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

*“Um dia, vivi a ilusão
De que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter”*

Gilberto Gil

Prólogo

Esta obra tematiza a experiência de homens transexuais em busca do autorreconhecimento, seguida do reconhecimento social identitário. Elaboramos um conjunto de reflexões para desvelar alguns dos caminhos íntimos percorridos pelos participantes da pesquisa. São depoimentos ricos que tratam o percurso de configuração das identidades transmasculinas: suas experiências, desafios, frustrações e alegrias obtidas na jornada pelo reconhecimento. A obra é baseada na dissertação "percurso do reconhecimento...", defendida no programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Pará.

Compreendemos que o fenômeno da transmasculinidade manifesta-se de maneiras diferentes e pode assumir significados distintos, a partir de cada sujeito que vivencia esta experiência; assim, o enfoque deste estudo evidenciou a compreensão fenomenológica das masculinidades trans, com fundamento na interpretação das narrativas de três homens.

O cerne deste estudo se encontra na jornada complexa de apreender os significados das masculinidades para o participante, a começar pelo desvelamento dos caminhos traçados por estes sujeitos na configuração de sua identidade psicológica atual. Desse modo, consoante a pesquisa, buscamos compreender e abraçar nossa própria identidade, afinal, imbrincados na temática como viventes, trilhamos a senda fenomenológica existencial, em que se mesclou "Inquietação como ação e consciência do problema da escolha na existência humana" (Ewald, 2008, p 154). Principalmente, ensinamos cami-

nhar em busca da felicidade, considerando-se a urgência política de se redefinir a cultura em um mundo que busca nos categorizar, encaixotar e limitar.

Adelma Pimentel

Sumário

Capítulo 1	19
“Eu” no mundo – uma experiência de reconhecimento	
Capítulo 2	27
Base conceitual e analítica: gênero e reconhecimento	
Capítulo 3	41
A transexualidade sob controle: a contrução dos discursos patologizantes	
Capítulo 4	53
Resistência das masculinidades trans no contexto da masculinidade hegemônica	
Capítulo 5	71
Narrativas de homens trans na pesquisa qualitativa	
Capítulo 6	139
A experiência do reconhecimento de si e do outro	
Referências	147

Capítulo 1

Eu no mundo – uma
experiência de reconhecimento

“A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro. Se não fossem diferentes, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazer entender.”

(Hannah Arendt, *A Condição Humana*, RJ: Forense Universitária, 2007, p 188)

Antes de mostrar os discursos textuais dos colaboradores do estudo, desenhemos uma breve narrativa biográfica de determinados aspectos configuradores da vivência do primeiro autor relevantes para a construção deste livro. O título do capítulo QUEM denota a significação de movimento e atualidade.

Nascimento: meu percurso se inicia em junho de 1985, na cidade de Belém do Pará. Filho de mãe solo e o mais velho de três irmãos, fui designado mulher ao nascer e socializado para atender às expectativas do gênero feminino.

Ainda na infância, percebi a não identificação em relação ao gênero no qual havia sido enquadrado, primeiramente em relação aos papéis de gênero e posteriormente em relação à identidade. Gradativamente um sentimento de estranheza e sofrimento se desenhava intimamente, ante a notável diferença que havia nos modos do cuidado, apostado pelos familiares a meus irmãos, primos - meninos *cisgêneros*. Eu não compreendia por que eles tinham a liberdade de vestir o que desejavam, escolher o corte de cabelo que preferissem e brincar de acordo com as suas vontades, enquanto eu teria que me comportar como uma menina, mesmo que essa “sentença” não fizesse o menor sentido.

Comportar-se como uma menina se refere a um processo histórico e cul-

tural no qual é socializada para aderir a certas normas de comportamento baseadas em estereótipos e no controle social: “Não grite, não corra, não se suje, não suba aí, não sente desse jeito, não faça isso e nem aquilo, não seja livre, não seja você”. Dessa forma, assim como outras pessoas nascidas sob designação feminina, fui ensinado, desde cedo, que o meu comportamento, a minha linguagem, o meu corpo e o meu modo de ser deveriam ser determinados com base na leitura social que era feita de mim, à minha revelia, a partir de marcadores corporais e de gênero:

A assimilação das normativas de gênero se deu ao longo de um violento processo de socialização, no qual a minha subjetividade, os meus desejos e a minha expressividade eram continuamente vilipendiados, seja em ambiente familiar, escolar, religioso ou social, de modo que, durante a infância, cedendo às pressões sociais, eu procurei dissimular a minha expressão de gênero e a minha afetividade, por considerá-las erradas. O custo emocional para uma criança sustentar esta dissimulação foi, sem dúvida, muito elevado, levando-me ao isolamento e à introspecção.

Na adolescência, vivenciei uma fase crucial do meu desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações corporais, sociais e psicológicas. O grande marco deste período foi certamente a menarca. Recordo-me da sensação de fracasso diante da rubra confirmação dada pelo meu corpo de que eu realmente deveria ser uma “mocinha”. A partir daí, meu corpo se transformou e ganhou novos contornos. Cada linha das novas curvas se inscrevia dolorosamente sobre mim.

Temporalmente, eu não compreendia a dissonância entre o sentimento de inadequação que vivenciava e o que sentia realmente ser. Conforme me educava, fui conhecendo os termos identidade de gênero e transgeneridade;

contudo, a compreensão da teoria e a aceitação social, no meu entorno familiar, estavam totalmente fora do acesso, sobretudo por estar inserido em uma geografia e economia de vulnerabilidades características de um adolescente pobre da periferia de Belém. O que me restavam eram os sentimentos de vazio e de inquietação que eu não conseguia descrever, mas que me remetiam a uma ausência de conceito, de sentido, de significado e de compreensão de mim mesmo.

Na adolescência, inicialmente busquei dissimular as mudanças ocorridas em meu corpo utilizando roupas excessivamente largas, modificando o meu modo de andar, adotando um comportamento que chamasse o mínimo de atenção possível, entretanto os efeitos foram contrários ao esperado. Tentando me esconder, expus os traços de uma subjetividade que não estariam completamente adequados ao feminino, pelo contrário, representavam a dualidade do conflito identitário que eu vivenciava internamente. As consequências foram a exclusão social, homofobia, isolamento e depressão. Posteriormente, tive a percepção de que, para me manter invisível, eu precisaria me misturar aos outros, neste caso, às outras; então, como estratégia de ajuste, passei a mimetizar uma performatividade de gênero - a mais próxima possível ao feminino.

O final da adolescência foi considerado um momento de ruptura em que me vi lutando contra as imposições de uma leitura de gênero equivocada. O grande marco para este período foi o fim do ensino médio e a transição para a universidade. Neste período, eu me sentia mais seguro em relação à minha sexualidade e afetividade. Passei então a performar uma expressão de gênero masculinizada, mais fiel à minha identidade e subjetividade. Neste ponto do meu percurso de reconhecimento, eu me “enquadrava”, a partir

de uma identidade lésbica, masculinizada e me expressava de maneira andrógina – passando inclusive a adotar, em contextos específicos, pronomes masculinos.

A **reivindicação de uma identidade transmasculina**, no entanto, se deu somente aos 28 anos de idade ao conhecer o significado do termo transmasculinidade em um grupo virtual de discussão com temática LGBTQIA+. Ao conhecer o significado deste termo, passei a ter contato com outros homens trans e a me reconhecer nos discursos deles, percebendo que muitas experiências vivenciadas por eles, durante o processo de reconhecimento da identidade trans, assemelhavam-se às experiências vivenciadas por mim mesmo. Ao reconhecer a intersubjetividade entre nós, ampliei a consciência de uma nova possibilidade de existência a partir da dúvida: **eu sou um homem trans?**

Mesmo sentindo dúvidas, a auto-afirmação foi primordial. Comecei a acionar a memória para revisitar momentos significativos na história da minha vida que pudessem responder a um dos mais antigos questionamentos existenciais da humanidade: **quem sou eu?** Ao ativar estas lembranças, pude trazê-las para o presente, atualizando-as e, assim, identificando diversos elementos que me levaram a perceber a inconformidade entre o gênero em que fui socializado e a minha identidade de gênero. Dessa forma, posso situar que, na minha experiência, o processo de construção da identidade transmasculina surge a partir da compreensão da não “binariedade” do sistema sexo x gênero, do desconhecimento de si enquanto sujeito do gênero feminino, da autoidentificação e da autoafirmação enquanto homem trans e da compreensão do sentido existencial que a experiência transmasculina me possibilitava.

A partir da autocompreensão da minha identidade de gênero, passei a atuar politicamente na defesa dos direitos de pessoas trans e/ou travestis, tendo colaborado para a criação do primeiro grupo organizado de homens trans do estado do Pará, participando como membro convidado do Grupo de Discussão de Gênero e Sexualidade do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região. Devido a esta crescente visibilidade política, adquirida por meio da atuação nos movimentos sociais pela igualdade de gênero, tive os primeiros contatos com os estudos de gênero e transfeminismos.

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), motivado pelo interesse em compreender (e explicar) o fenômeno da transexualidade, iniciando-se, assim, a transição de militante a pesquisador. É válido ressaltar que esta chamada transição (de militante a pesquisador) não representou uma ruptura em relação à minha identidade de ativista, porém considero que a entrada no mundo acadêmico – predominantemente cisgênero e colonialista – me permitiu vislumbrar novos horizontes que se distanciam do lugar de subalternidade ao qual a sociedade orientada pela cisgeneridade tentou me enquadrar, mas sem abandonar a criticidade adquirida na minha vivência nos movimentos sociais. Ao considerar que estas duas identidades não se antagonizam, rompe-se com o ideal colonialista “de que teorias somente podem ser geradas em provetas, nos ambientes assépticos dos laboratórios” (JESUS, 2015, p. 17) e se passa a aceitar novas vozes e compreender que o conhecimento também pode ser produzido em espaços de militância política.

Desse modo, compreendo minha experiência como pesquisador a partir de um posicionamento ativista, decolonial e despatologizante, uma vez que, ao recusar o papel de objeto de estudo e atuar como produtor de conhe-

cimento científico, provoço uma pequena, mas significativa, ruptura com a estrutura psicologista colonialista que evoca a transgeneridade como um transtorno mental. Portanto coloco-me como sujeito capaz, consciente de sua capacidade de agência e de sua potencialidade.

Capítulo 2

Base conceitual e analítica:
gênero e reconhecimento

Uma perspectiva fenomenológica e hermenêutica

O enfoque fenomenológico e hermenêutico das transmasculinidades, doravante, também grafada como masculinidades trans, permite, no campo das Ciências Humanas, dialogar com os estudos de gênero e sexualidade, visando contribuir para a visibilidade política e social dos movimentos organizados de homens trans, para a popularidade de militantes transmasculinos nas redes sociais e para a apropriação crítica e respeitosa da temática pelas mídias (AVILA, 2014).

Advertimos que a produção de conhecimentos científicos ainda se encontra sob o domínio, regulação e controle de um enfoque binário da sexualidade, produzidos nas sociedades cisnormativas, por muitas vezes fundamentados em uma perspectiva patologizante, reiterada pelos discursos jurídicos, médicos e psicológicos, na qual a ideia de normalidade está obrigatoriamente relacionada ao corpo e à subjetividade dos indivíduos cisgêneros. Desse modo, a escolha do enfoque fenomenológico hermenêutico permitiu produzir um conhecimento acerca da pessoa trans na sua vivência plena.

Nos enquadramentos “patologizantes”, os discursos e as práticas institucionais tendem a ser aplicadas aos corpos, por considerá-los “anômalos e divergentes da cisnorma; assim são estigmatizados e qualificados de “anormais, não naturais, doentes” etc. Tais imposições desconsideram as vivências, reificando os saberes científicos como parâmetro da identidade “adequada” ao status quo. Este procedimento toma eco nos mais variados setores da sociedade, sendo compreendidos como “verdades” incontestáveis, acirrando desigualdades e tutelando a existência de homens transexuais a uma atestação cisgênera e heteronormativa (PIMENTEL; CASTRO; MIRANDA, 2018).

O interesse em desenvolver um estudo sobre as masculinidades contribui para a compreensão do processo de transição de gênero de homens trans, das subjetivações ou das formas que os homens encontraram para se inserir criativamente no mundo, e para a possibilidade de juntar nossas vozes: minha, de homem trans, transfeminista, negro e ocupante de um lugar na academia, bem como de uma mulher branca, feminista, cisgênero e intelectualmente autônoma na recusa do papel de objeto de estudo, que alguns segmentos sociais e científicos tendem a impor à população trans. Ocupamos o lugar de produtores de conhecimento comprometidos em produzir ações de resistência epistemológica, combatendo assim a contínua negação, desvalorização, invisibilização e apagamento sistemático das produções intelectuais de pessoas trans, por julgá-las “incapazes” de falar por si próprias.

Ressalto que, nesse sentido, ocupar o lugar de produtor de conhecimento significa combater a configuração do “epistemicídio”, conceito formulado por Boaventura de Souza Santos (2010), referindo-se à prática colonialista de desvalorizar o conhecimento e a cultura de povos não hegemônicos – para efeitos desta pesquisa, considera-se como não hegemônica a população não-cisgênera.

É importante ressaltar que o fenômeno da transmasculinidade se relaciona diretamente com a percepção da própria subjetividade, desse modo reconhecemos que ele se manifesta de maneiras diversas e que pode receber diversos significados, os quais variam de acordo com o sujeito que o percebe e com a sua experiência no mundo da vida. Nesse sentido, é crucial termos em mente que a percepção e a vivência de cada indivíduo se constituem no mundo e na intersubjetividade; logo, no livro, não unificamos a experiência transmasculina em torno de uma identidade fixa e nem de uma experiên-

cia única, e sim, a partir das narrativas aqui apresentadas, cooperamos para desvelar a opressão vivida pelos colaboradores da pesquisa que pode ser comum a outros homens trans.

Observamos que o período histórico da realização das entrevistas para a composição do texto ocorreu antes e durante a pandemia da COVID-19, especificamente a terceira entrevista, que foi realizada por chamada de vídeo, obedecendo às recomendações de isolamento social da Organização Mundial de Saúde (OMS). Consideramos que a pandemia interferiu na conclusão deste estudo, uma vez que a velocidade do contágio da doença e a gravidade dos seus sintomas impuseram severas mudanças nas dinâmicas das relações humanas devido às ressalvas de circulação e ao contato, além de colocar todos nós em um estado de ansiedade e de sofrimento generalizado – por causa dos sentimentos de incerteza em relação ao futuro – de medo e de luto.

A afetação psicológica se deu conjuntamente com os pesquisadores que vivenciavam estado de ânimo rebaixado e com os colaboradores da pesquisa, pois alguns participantes que inicialmente foram selecionados para participar deste estudo desistiram da entrevista por chamada de vídeo, uns por estarem sentindo-se cansados desta modalidade de interação, outros por considerarem que não estavam emocionalmente preparados para participar da atividade. Em razão disso, foi necessário convidar novos colaboradores.

Gêneros: um horizonte de pesquisa

Situamos inicialmente o termo gênero, o qual, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é definido como “(1) grupo de espécies que entre si tem certas analogias; classe; modelo; gosto; feitio; maneira; modo; qualida-

de; modo; força; calibre; estilo; propriedade de alguma classe de palavras, notadamente substantivos e adjetivos, que apresentam contrastes de masculino, feminino e por vezes neutro que podem corresponder a distinções baseadas nas diferenças de sexo" (DICIONÁRIO AURÉLIO, versão digital).

Percebemos que a acepção de gênero é explicitada, na língua culta, como uma categoria gramatical que "indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseadas em critérios tais como sexo e associações psicológicas", que nos possibilita qualificar uma coisa como sendo masculina, feminina ou neutra. Entretanto esta classificação não ocorre de forma arbitrária (FERREIRA, 1986, p. 844 apud GUEDES, 1995, p.1). A definição contida no dicionário afirma a lógica confirmadora dos sexos, masculino e feminino, e a caracterização dela no paradigma da linguagem.

Prosseguindo na tarefa, afastamo-nos do paradigma da linguagem, situando o conceito de gênero no escopo dos estudos feministas elaborados, na década de 1970, como uma categoria analítica para denunciar a opressão feminina e para evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres, sobretudo, para compreender "as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres" (SCOTT, 1995, p.75).

Esta compreensão de gênero surgiu no contexto do pós-estruturalismo e foi criada para acentuar que as distinções entre homens e mulheres ocorrem a nível das estruturas sociais e culturais, contrapondo-se à visão essencialista do dimorfismo sexual, que atribuía as diferenças entre homens e mulheres à natureza e ao sexo (SCOTT, 1995).

O enfoque de gênero foi desenvolvido, principalmente, com o objetivo de salientar o caráter social e cultural da diferença entre homens e mulheres, a fim de rejeitar todo e qualquer sistema de diferenciação baseado no sexo

ou na natureza. As teóricas feministas buscaram, dessa forma, trazer a compreensão de que a mulher é alvo de uma opressão ideológica, portanto de origem cultural, que baliza a sua “inferioridade”, ao passo que legitima a dominação e a ideia de “superioridade” masculina (não para todos os homens) (SCOTT, 1995).

É imprescindível ponderar que, embora não tenha cunhado o termo, as contribuições de Simone de Beauvoir (1980, p.99) serviram de esboço para a compreensão moderna da categoria gênero, ao afirmar que:

Não se nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma com a qual a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto entre o macho e o castrado que definem o feminino. Beauvoir (1980, p. 99)

Beauvoir (1980) demonstrou que não é a natureza, e sim a cultura que detém papel determinante na constituição da identidade da mulher. Por sua vez, Joan Scott (1995, p.86) apresenta o conceito de gênero como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, sendo ele “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primária de dar significação às relações de poder”. A autora reconhece que o gênero é uma categoria de análise que, conjuntamente com as categorias classe e raça, nos permite compreender sentidos e a natureza das desigualdades entre homens e mulheres e entre mulheres e outras mulheres. Pressupondo-se, dessa forma, que as relações de gênero e as desigualdades que decorrem delas se relacionam a um complexo sistema, que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele (GUEDES, 1995).

Os estudos de gênero surgiram com o objetivo primário de situar as mulheres na história e possibilitar uma compreensão dos processos de cons-

trução das práticas das relações entre homens e mulheres, de modo que propiciasse uma reflexão sobre as continuidades e as discontinuidades das experiências sociais de homens e mulheres, compreendendo as relações de poder e desigualdades existentes entre eles (SCOTT, 1995; GUEDES, 1995).

Bento (2006) propõe que os estudos de gênero e sexualidade sejam divididos em três momentos diferenciados. O primeiro momento que se inicia na obra “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, na qual a autora indica a compreensão da mulher, a partir de uma relação de alteridade com o homem pautada na diferença. De acordo com Beauvoir, o homem investido na condição de sujeito universal molda a sociedade e a cultura de maneira que a sua dominação seja mantida; assim o homem molda a sociedade, e a sociedade, através de dispositivo de opressão, molda a mulher: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. (BEAUVOIR, 1980, p. 99)

A crítica que recai sobre Beauvoir refere-se ao fato de sua teoria desnaturalizar a questão da opressão feminina ao compreendê-la como fruto de uma cultura e de uma época; no entanto não avança na superação da premissa de desvelar essa opressão ao reiterar que a dominação masculina sobre a mulher se dá devido a uma suposta condição biológica ou na diferença sexual entre ambos (dimorfismo). Logo permanece a ideia de que há um modelo universal de mulher que recebe opressão de gênero devido à sua fisiologia feminina (BENTO, 2006).

Bento (2006) classifica o segundo momento dos estudos de gênero e sexualidade como aquele em que as teorias feministas empreenderam esforços em desconstruir a visão de mulher universal, baseada em uma lógica essencialista e biologicista criada a partir de Beauvoir. Nesse momento, as teorias de gênero passaram a considerar as contribuições da sociologia, na compre-

ensão do gênero, como uma categoria analítica, na qual a variável sexo não era o único determinante na condição de subordinação feminina, e sim que essa qualidade era influenciada por variáveis culturais, como classe social, religiosidade, etnia, orientação sexual etc.

É cogente destacar a importância do feminismo negro, notadamente através da concepção teórica da interseccionalidade, nos estudos de gênero e na desconstrução da visão da mulher e do homem universal (JESUS, 2013a). A interseccionalidade refere-se a uma metodologia de análise que nos permite compreender que as desigualdades a partir da sobreposição de múltiplos marcadores sociais (raça, classe, cor, sexualidade etc.), de maneira que possamos perceber que os sistemas discriminatórios se posicionam dinamicamente sobre os sujeitos, atuando no seu desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

Para a pesquisadora e transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2013a), o conceito de gênero pode ser compreendido como uma atitude individual frente aos construtos sociais, por meio dos quais os sujeitos se identificam como homens ou mulheres. A identidade de gênero relaciona-se ao modo como os indivíduos se percebem e são percebidos como integrantes de um grupo social de acordo com as concepções de gênero estabelecidas e compartilhadas, bem como os seus sistemas de significação e de representação cultural.

Outra decorrência que os estudos de gênero propiciaram foi a criação de um novo campo de estudos, que até então jamais fora problematizado, o campo das masculinidades. Por muito tempo, o termo homem esteve no centro de todas as discussões de cunho antropológico, entretanto este era utilizado no sentido de ser humano universal. O homem enquanto gênero masculi-

no foi construído numa lógica de oposição ao feminino, criando-se, assim, uma visão universalizante do homem, que o colocaria como o detentor do privilégio, viril, dominante. A partir deste momento, os estudos de gênero passaram a considerar os deslocamentos entre corpo e sexualidade, corpo e subjetividade, corpo e as performances de gênero. As diferenças sexuais, portanto, passaram a ser compreendidas através de fatores relacionados à cultura, identidade e relações de poder que decorrem delas (BENTO, 2006).

Atualmente as categorias sexo, gênero e sexualidade são compreendidas para além de marcas de subjetividade ou expressões identitárias, pois representam importantes marcadores sociais que, segundo Louro (2004), assim como raça e classe social, inscrevem-se nos corpos dos sujeitos, atribuindo-lhes a posição que irão ocupar na sociedade ou dentro de um determinado grupo. A autora afirma ainda que tais balizas podem determinar culturalmente a valoração dos indivíduos, distinguir os sujeitos e se constituir em marcas de poder.

A categoria sexo, nessa conjuntura, é completamente descolada da categoria gênero, passando a referir-se à conformação biológica, cromossômica, fenotípica e sexual dos indivíduos que podem ser considerados machos, fêmeas ou estar sob a condição de intersexual¹. Nesse sentido, o termo gênero diz respeito às relações sociais desiguais de poder e dominância entre homens e mulheres que são resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais (SANTANA; BENEVENTO, 2013).

No fim do século XX, foram observadas mudanças, nas estruturas sociais das sociedades modernas, que inauguraram o momento histórico nomeado

¹ - Intersexual é o indivíduo que apresenta características sexuais comuns aos sexos masculino e feminino, podendo ou não ter genitálias externas ambíguas.

de pós-modernismo, cuja teorização passou a elencar os conceitos de fragmentação, de paisagens culturais, onde se incluem os marcadores sociais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça etc., os quais deixaram de ser suficientes para localizar os sujeitos enquanto indivíduos sociais. Neste horizonte, os estudos da transexualidade auferem consistência.

Além disso, as transformações sociais produziram consequências drásticas na vida e na identidade dos sujeitos, produzindo um duplo deslocamento: primeiro, o deslocamento de si, ou seja, a perda do sentido de si enquanto sujeito integrado e estabilizado em uma identidade social fixa; segundo, o deslocamento do sujeito em relação ao mundo social (HALL, 2000).

O impacto da descentração do sujeito sobre a formação de sua identidade pode ser compreendido como uma questão existencial, em que o indivíduo entra em conflito com a visão que tem de “si mesmo”, quando percebe que a posição identitária que ocupa não é mais capaz de dar conta de sua subjetividade. Por conseguinte, abre-se espaço e lugar para a adoção de uma identidade que lhe permita ter uma melhor compreensão de si.

Dessa maneira, a descentração é uma fase do autoquestionamento identitário e do questionamento do lugar de pertencimento de cada um no mundo (HALL, 2000). Em vista disso, o sujeito na pós-modernidade é caracterizado por não possuir uma identidade essencial, unificada, fixa ou permanente, não sendo definido biologicamente, e sim pela cultura. A identidade do sujeito pós-moderno agora é compreendida como um conjunto de variadas características identitárias, que se deslocam continuamente.

Reconhecimento: um percurso

Nos valem da obra de Paul Ricoeur (2006), *Percurso do Reconhecimento*, cotejando o conceito: a experiência da transmasculinidade, identificando-se um percurso que os sujeitos traçaram na construção de suas identidades.

O filósofo definiu reconhecimento como identificação, momento em que os sujeitos se reconhecem enquanto humanos com um lugar no mundo. Do autorreconhecimento se estabelece o reconhecimento de si quando os sujeitos passam a se reconhecer como indivíduos diferenciados uns dos outros. E finalmente adotou-se a noção de reconhecimento como noção política, em que o sujeito se situa como pertencente a uma classe de sujeitos e luta para ter reconhecimento social.

Esta etapa do pensamento de Ricoeur foi influenciada pela obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, de Axel Honneth. Nesta obra, Honneth afirma que o reconhecimento intersubjetivo é essencial para que os indivíduos e grupos sociais consigam se inserir politicamente na sociedade atual, defendendo que este reconhecimento somente pode ser conquistado por meio da luta social.

Ricoeur (2006), após uma extensa análise lexicográfica do vocábulo *reconhecer*, erigiu seu *Percurso do reconhecimento* em torno de três significados, dentre os quais, para fins desta pesquisa, destacou-se os dois primeiros: “I. Reconhecer é apreender (um objeto) pela mente, pelo pensamento, relacionando entre si imagens percepções que se referem a ele; II. Aceitar um fato como verdadeiro.” (RICOEUR, 2006, p.22-23).

Nosso ponto de vista é que, na experiência da construção da identidade transmasculina, podemos considerar que estes significados dão sentido à ex-

periência, a partir do momento em que se favorece a chamada “epifania de gênero” – momento em que os sujeitos passam a se reconhecer como transgêneros. A categoria epifania de gênero foi apresentada no artigo *Crianças trans: memórias e desafios teóricos* por Jaqueline Gomes de Jesus (ano), no qual se refere ao momento em que uma pessoa trans toma consciência de sua transgeneridade.

O segundo sentido de reconhecimento, descrito por Ricoeur (2006), nesta experiência, pode ser compreendido como o momento em que o sujeito busca atestação de suas percepções de gênero em construtos socialmente validados de masculinidade, dentre os quais, destacamos as modificações corporais através de hormonioterapia, a utilização de faixas de compressão do corpo e na adoção de comportamentos e vestuário socialmente lidos como masculinos.

Capítulo 3

A transexualidade sob controle:
a contrução dos discursos
patologizantes

Jesus (2012) afirma a transexualidade referindo-se à experiência de pessoas que não se identificam e se recusam a desempenhar comportamentos ou papéis socialmente atribuídos ao gênero de nascimento. Desse modo, transgêneros(as) são pessoas que possuem uma compreensão sobre o próprio gênero que ultrapassa os limites da cultura e os valores da sociedade que determinam e delimitam o que é considerado masculino ou feminino.

Ávila (2014) compreende as transexualidades como dissidências de gênero, que nos levam a refletir sobre o que entendemos como masculino ou feminino para além dos binarismos. Amaral (2007) buscou traçar uma genealogia do transtorno de identidade de gênero, categorização presente no DSM-IV e no Cid, manuais usados pela Associação de Psiquiatria Americana e pela Organização Mundial de Saúde para diagnósticos em saúde mental.

A autora afirma que a mudança do modelo monossexual para o dimórfico produziu diversas transformações na estrutura social, uma vez que a nova interpretação da anatomia humana possibilitou que as mulheres, pela primeira vez, fossem consideradas enquanto sujeitos detentoras de identidade próprias, deixando de ser classificadas como um mero apêndice do homem. Entretanto, para que a hierarquia entre os sexos fosse mantida, as diferenças sexuais e anatômicas foram utilizadas como argumento para impor padrões de comportamento social e, assim, garantir a superioridade física e intelectual do homem.

Dessa maneira, a natureza passou a ser referenciada como fundamento para a dominação, e a sexualidade, sobretudo a feminina, passou a ser alvo de uma rigorosa regulação, na qual a medicina se estabeleceu como o principal dispositivo de poder, instituindo padrões de normalidade, regulando os comportamentos sexuais patologizando e psiquiatrizando todo e qualquer

comportamento que fosse moralmente desviante, tais como a homossexualidade e as chamadas perversões sexuais (FOUCAULT, 1988).

Sobre o papel regulador da medicina, Amaral (2007, p. 21) afirma que:

A medicina, munida de seu conhecimento, ocupou o lugar normativo que anteriormente pertencia à Igreja e definiu os limites da normalidade no que se refere ao sexo. Consequentemente, demarcou a fronteira entre o lícito e o ilícito na vida sexual que, sob a ótica de um modelo binário heterossexual reprodutivo, significou que tudo aquilo que estava no registro da reprodução e era desprovido de prazer seria lícito e normal, e tudo o que desviasse do objetivo final do instinto sexual seria ilícito e anormal.

A partir dos séculos XVIII e XIX, as ciências biológicas, em especial a medicina, foram os instrumentos utilizados para estabelecer o controle social dos corpos de homens e mulheres, ao propor que as diferenças fisiológicas e anatômicas perceptíveis entre os homens e mulheres fossem fatores determinantes para se compreender o comportamento moral e a sexualidade dos sujeitos, patologizando e até criminalizando condutas consideradas desviantes ou transgressoras (BENTO, 2006).

Embora as experiências trans tenham sido retratadas em diversas culturas e em diversos momentos da história, foi, somente após a apropriação delas pela medicina e posteriormente pela psicologia, que a transexualidade e a transgeneridade passaram a ser compreendidas como uma categoria identitária independente.

Os discursos médico-psicológicos sobre as identidades trans apresentaram uma narrativa através da qual todas as experiências destes sujeitos fossem essencializadas, de modo a criar uma história única e generalizante, na qual os sujeitos trans tinham suas práticas classificadas e interpretadas como categorias particulares do comportamento sexual de cunho fetichista e des-

viante (SALEIRO, 2013).

As primeiras tentativas de se classificar e conceitualizar a transexualidade ocorreram no início do século XX, no ano de 1910, pelo médico alemão Magnus Hirschfeld, que foi um dos primeiros a utilizar o termo transexual para definir pessoas que por motivos diversos “travestiam-se” como pessoas do sexo oposto. Hirschfeld identificou e classificou estas pessoas em pelo menos 10 categorias, referindo-se a elas como travestis (trasvestites). Os estudos de Hirschfeld foram pioneiros na compreensão da transexualidade como uma categoria independente e diversa das homossexualidades (SAADEH, 2004).

Saleiro (2013) também destaca as contribuições do sexólogo britânico Havelock Ellis (1928). Ellis orientou sua pesquisa para a prática do transvestismo ou eonismo, modernamente compreendido como cross-dressing, defendendo a existência de dois tipos de travestismos:

“Um, o tipo mais comum, é aquele em que a inversão é sobretudo confinada à esfera do vestuário; e o outro, menos comum, mas mais completo, é aquele em que o cross-dressing é visto comparativamente com indiferença, mas em que o sujeito se identifica ele próprio com os traços físicos e psicológicos que se referem ao sexo oposto, ao qual ele sente realmente pertencer, embora não haja ilusão no que concerne à conformação anatômica.” (ELLIS, 1928 apud SALEIRO, 2013, p. 25)

A autora evidencia que os trabalhos de Hirschfeld e de Ellis contribuíram para a compreensão do fenômeno da transexualidade a partir da interpretação de que a identidade de gênero e a orientação sexual ocupam dimensões distintas na configuração da identidade do sujeito.

No ano de 1949, o sexólogo David Caldwell utilizou o termo *psicopatia transexual* – que mais tarde evoluiu para a ideia de transexualismo – para descrever o intenso desconforto de gênero e sofrimento psíquico experien-

ciados por, segundo ele, “uma garota que desejava se homem” (SAADEH, 2004).

Baseado nas contribuições de Hirshfield e Caldwell, em 1953, o médico endocrinologista alemão Harry Benjamin apresentou uma nova definição ao termo transexual, que agora passava a designar os indivíduos que vivenciam a experiência do gênero de maneira diferente do que estabelece a norma biologistica presente no binômio sexo/gênero.

Benjamin descreveu o transexual como uma pessoa que apresenta o desejo patológico de viver como se fosse do sexo oposto, destacando o intenso sofrimento a que estes sujeitos estão submetidos em relação ao seu corpo e sexo, sendo recomendado que façam cirurgias de readequação. Embora o diagnóstico tenha sido realizado por volta de 1953, o “transexualismo”² só passou a figurar nos manuais de diagnósticos médicos apenas em 1980 e permanece até os dias atuais (SAADEH, 2004).

O manual *Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10* estabelece que a transexualidade é identificada como uma patologia mental classificada dentro dos transtornos de personalidade e comportamento em adultos, categorizada no rol dos transtornos de identidade sexual:

F.64.0 ‘Transexualismo’:

Um desejo de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de impropriedade de seu próprio sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para tornar seu corpo tão congruente o possível com o sexo preferido.

Diretrizes diagnósticas: Para que esse diagnóstico seja feito, a identidade transexual deve ter estado presente persistentemente por pelo menos 2

2 - A decisão de utilizar as aspas ao redor do termo ‘transexualismo’ é uma expressão do posicionamento político dos autores. Embora estejamos conscientes do contexto histórico no qual o termo foi empregado, reconhecemos igualmente a significativa carga de sofrimento que esse conceito impôs e continua impondo à população transgênero. Assim, ao adotar as aspas, estamos de forma inequívoca repudiando esse termo e seus efeitos prejudiciais.

anos e não deve ser um sintoma de um outro transtorno mental, tal como esquizofrenia, nem estar associado a qualquer outra anormalidade intersexual, genética ou do cromossomo sexual. (OMS, 1997).

Já o DSM-IV classifica a pessoa trans como portadora de Transtorno de Identidade de Gênero, designando como:

- A. Uma forte e persistente identificação com o gênero oposto (não meramente um desejo de obter quaisquer vantagens culturais percebidas pelo fato de ser do sexo oposto).
- B. Desconforto persistente com o seu sexo ou sentimento de inadequação no papel de gênero deste sexo.
- C. A perturbação não é concomitante a uma condição intersexual física.
- D. A perturbação causa sofrimento clinicamente significado ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. (AAP, 2002).

Por muito tempo, a patologização das identidades trans trouxe inúmeros prejuízos à imagem, cidadania, direitos, liberdade, autonomia e, sobretudo, à dignidade das pessoas trans que sempre foram (e ainda são) diretamente afetadas por essa regulação e pela estigmatização que decorre dela.

Erving Goffman (2005) afirma que os estigmas se constroem através da criação de ideologias utilizadas para impor a inferioridade de um grupo de sujeitos, dando conta do perigo que esse grupo representa aos demais, racionalizando, algumas vezes, uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.

No Brasil, Veras e Andreu (2015) afirmam que durante a ditadura militar as grandes mídias massivas tiveram um papel importante na disseminação do estigma da travesti, construindo estereótipos associando estas mulheres à marginalidade, à disseminação de doenças, ao uso de drogas, à imoralidade

e, sobretudo, a destruidoras da família e dos valores morais.

Viver sob o estigma da patologização, na prática, significa estar sob um rigoroso regime de vigilância que se manifesta principalmente no controle dos corpos trans, que permanecem sob a tutela e o controle do Estado, também sob violência, seja ela simbólica, causada pela discriminação social, pelo cerceamento de direitos (como o reconhecimento ao nome e gênero), pela transfobia institucional (em estabelecimentos públicos de ensino, de saúde, órgãos públicos etc.) ou física. Nesse sentido, Tenório e Prado (2016, p. 41) citam que:

“O processo histórico da patologização e da psiquiatrização das transidentidades gera prejuízos de várias ordens às pessoas trans, negando a dignidade, a relativa autodeterminação e a possível autonomia sobre seus próprios corpos, pois entende a expressão da vida das pessoas trans como um conjunto de comportamentos psicopatológicos, reduzindo-os a estereótipos e descrições prescritivas homogeneizantes.” (Tenório e Prado, 2016, p. 41)

O regime de vigilância ao qual as pessoas trans estão submetidas não se resume ao controle do Estado, aos protocolos médicos e ao direito à autonomia corporal, estende-se as suas práticas cotidianas: no jeito de falar, no jeito de caminhar, nas práticas sexuais e os demais comportamentos sociais que compõem o que Butler (2006) denominou de performatividade de gênero.

Bento (2006) denuncia o reforço dos estereótipos de gênero como forma de performar uma suposta normalidade esperada de um gênero genuinamente construído dentro de uma matriz hetero-cissexista. Isso significa viver sob constante e minucioso exame em busca de supostas inconsistências ou de qualquer mínimo sinal que denuncie a condição transexual.

A respeito desta política de vigilância de gênero, Oliveira (2015) destaca que a lógica do processo de patologização das transidentidades não se re-

sume a um simples diagnóstico, mas diz respeito a um longo e rigoroso processo de controle biomédico, por meio do qual o ser patologizado precisa cumprir uma série de protocolos arbitrários para ser reconhecido como uma pessoa trans e submetido ao “tratamento”. O autor ainda alerta para o fato de que este tratamento não visa ao bem-estar físico ou psicológico do sujeito, e sim visa à normatização de seu corpo às normas binárias de gênero, conforme o trecho:

Esta terapia visa confirmar – ou não – se o/a pleiteante é realmente (transsexual), ou seja, doente (relembrando que para a medicina as experiências trans são doências). Portanto neste tempo de terapia as pessoas (trans) serão avaliadas, testadas, cobradas, questionadas, postas em dúvida nos mais diversos detalhes de seu comportamento. Tudo isso para garantir se aquele corpo realmente está incoerente com o que se gerou expectativas sobre ele. (OLIVEIRA, 2015 p.106)

Bagagli (2016) menciona que a patologização das identidades trans estabelece a cisgeneridade como padrão de normalidade ou mesmo como um padrão a ser perseguido, criando-se o que chamou de cisgeneridade compulsória, baseada na afirmação de verdades do gênero que, segundo a autora, dizem respeito a elementos discursivos e regulatórios que na teoria e na prática produzem efeitos na forma com que os sujeitos se constituem enquanto homens ou enquanto mulheres “naturais”.

O sofrimento psíquico associado a essa prática reflete-se em danos à autoestima, devido à sensação constante de não adequação, tanto social quanto às normas de gênero, à submissão a excessivos e mutilatórios procedimentos estéticos, como no caso do uso de silicone industrial por mulheres trans e travestis – até mesmo no isolamento social.

Percebemos que, durante a evolução histórica da transexualidade, en-

quanto categoria médica, os discursos produzidos pela cisgeneridade negligenciaram a subjetividade, a autonomia e até mesmo a humanidade das pessoas trans, colocando-as como meros objetos de pesquisa, incapazes de exprimir os próprios sentimentos e desejos, reduzindo as suas existências a uma patologização. Dessa forma, a patologização das identidades trans representa um importante instrumento de controle social.

Nos últimos anos, os movimentos sociais tiveram um papel determinante na despatologização das identidades trans. Dentre estes movimentos, destaca-se a campanha internacional *Stop Trans Pathologization 2012* (STP-2012), que surgiu no ano de 2007, como uma convocatória a diversas redes de ativismo em diversas regiões de mundo, para que concentrassem suas atenções em torno da despatologização das identidades trans. As principais reivindicações do movimento eram a retirada completa dos grupos de categorias F-64 (transtornos de identidade sexual), F-65.1 (travestismo) e F-66 (transtornos de identidade sexual em púberes e pré-púberes) dos manuais diagnósticos Cid e DSM, bem como a criação de uma referência não patologizante para o atendimento em saúde trans-especializado (BENTO, 2012; OLIVEIRA, 2015).

No ano de 2018, durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS) oficializou a retirada da transexualidade do Rol de transtornos mentais da 11ª versão do Cid, reclassificando-a como Incongruência de Gênero e a categorizando como uma condição relacionada à Saúde Sexual. Este evento marca o início do caminho pela despatologização das identidades trans, embora se reconheça que a reclassificação da transexualidade no Cid-11 contribua positivamente para a redução do estigma associado à transexualidade, as práticas de cuidado em saúde trans ainda se orientam sob uma perspectiva patologizante, já que estes protocolos de

saúde em sua maioria se pautam na normatização dos corpos em padrões cissexistas (OLIVEIRA, 2015).

Dessa maneira, podemos considerar que, apesar do considerável avanço trazido pela reclassificação da transexualidade no CíD 11, é precipitado falar que houve a despatologização das identidades trans, visto que a condição do sujeito transgênero ainda é clinicamente associada ao sofrimento psíquico, no prejuízo do funcionamento social, acadêmico, profissional ou de diversas áreas da vida do indivíduo (DSM-V) (AAP, 2014). Ademais, o corpo transgênero continua sendo objeto da tutela do Estado, que definirá, por meio do protocolo do processo transexualizador, quais corpos são elegíveis à transição de gênero. A despatologização das identidades de gênero somente pode ocorrer ao se considerar as especificidades, os desejos e a corporeidade das pessoas trans.

Capítulo 4

Resistência das masculinidades
trans no contexto da
masculinidade hegemônica

Chegamos até aqui apontando que o campo dos estudos de gênero permitiu as minorias, especialmente as mulheres e os homens trans, obter visibilidade e direitos de ser e estar no mundo. Neste capítulo, enfocamos os signos presentes na delimitação das masculinidades hegemônicas e subalternas e da transmasculinidade.

Historicamente, o termo homem foi utilizado como o significante para identificar o sujeito universal, o representante da razão, cabendo somente à mulher, o seu outro absoluto, a necessidade de se constituir enquanto sujeito. Ao se fixar uma identidade como norma, criamos um sistema de hierarquização em que todas as outras identidades diferentes daquela são consideradas subalternas. A normatização se constitui, portanto, como um processo instrumentalizado, usado pelas instituições representantes de poder, no qual se atribuía à identidade do homem branco europeu todas as características positivas possíveis, de modo a criar uma relação de superioridade em relação às outras. A força da normalização da identidade do homem era profunda, que por muito tempo a constituição da masculinidade jamais havia sido problematizada ou questionada, demonstrando a homogeneização da identidade cisgênero (SILVA, 2000).

Lerner (apud SAFFIOTI, 1987) ressalta que a dominação masculina se estabelece na cultura como ideologia – na forma do patriarcado – e como práxis, a partir do estabelecimento de um simbolismo que se baseou na mitologia cristã e na filosofia aristotélica, com as quais a cultura ocidental internalizou e naturalizou a subordinação feminina.

Saffioti (1997) exprime que a naturalização ou a essencialização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher – e outros sujeitos sociais – constituem o caminho mais fácil e curto para legitimar a superioridade

masculina. Nesse sentido, Woodward (2000, p. 15) salienta que:

“[...] o essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na biologia quanto na história, buscando fundamentar-se na afirmação da identidade apegada à verdade fixa de um passado partilhado ou às verdades biológicas.” (Woodward, 2000, p. 15)

Segundo Vale de Almeida (2005), o conceito de masculinidade emerge do campo da pesquisa social, iniciada no contexto anglo saxônico, para dar conta da polissemia da palavra *homem* (*man*), que ao mesmo tempo é capaz de nomear o macho da espécie e a própria espécie humana. Já no verbete homem/homens (*man/men*), empregado como substantivo comum, a polissemia se apresenta quando o termo é utilizado para se referir tanto às características biológicas e sexuais do indivíduo quanto à sua identidade gênero. Dessa forma, o termo masculinidade foi utilizado para delimitar os atributos culturalmente específicos envolvidos na construção de uma identidade social

Connell (1995) criticou a concepção naturalista da masculinidade, definindo-a como fruto de uma construção sócio-histórica, mutável e relacional, havendo, dessa forma, “uma diversidade de tipos de masculinidades, que correspondem a diferentes inserções dos homens na estrutura social, política, econômica e cultural e a trajetórias e estágios diferentes do seu ciclo vital”.

O conceito do papel social masculino foi questionado por Connell (1995), visto que, em seu entendimento, o referido conceito não se sustenta tanto em termos científicos quanto em termos práticos, já que não nos permite uma compreensão de questões relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material existentes no interior das relações de gênero que produzem as masculinidades.

A psicanálise freudiana teve papel determinante na problematização da

compreensão essencialista das masculinidades. Segundo a teoria do complexo de Édipo, Freud desenvolve que a concepção da masculinidade é formada a partir do convívio familiar, notadamente na fase em que ele denominou Edípica, quando acredita que o menino desenvolve desejos pela mãe e passa a perceber o pai como um rival na atenção e no cuidado maternos.

Segundo a contribuição da psicanálise, a masculinidade do menino começa a se formar a partir do momento em que a criança supera o complexo, reconhecendo o seu papel e abrindo mão do desejo. Nesse momento, o menino passa a ter acesso e a identificar-se com o mundo viril de seu pai e das outras mulheres (BOTTON, 2007).

Embora a concepção freudiana seja passível de diversas críticas, ao reduzir a experiência-de-ser-homem e a experiência-de-ser-mulher a um modelo binário e heteronormativo, como também pressupõe uma organização familiar nuclear, monogâmica, heterossexual e burguesa e até mesmo ao universalizar a experiência da socialização das crianças e do relacionamento entre mãe e filho, devemos considerar a importância desta formulação na mudança da perspectiva sobre os estudos de gênero (BOTTON, 2007).

Brito e De Paula (2013) destacam o papel da socialização na construção das masculinidades. Aceitando-se que ideia de masculinidade se constituiu como dispositivo ideológico, podemos compreender que ela se instituiu na forma de uma normatização de condutas que definem os papéis de gênero. Nesse sentido, a socialização é o instrumento através do qual os valores da masculinidade são internalizados na práxis social, assumindo diferentes configurações nas diferentes classes sociais, nas diferentes culturas, nas diferentes instituições e nas diferentes relações com outros gêneros e com outras masculinidades.

Connell (1995) ressalta ainda que existe uma série de narrativas que constroem as masculinidades. Estas narrativas irão definir a conduta e os sentimentos apropriados para os homens, pressionando-os a agir, a sentir e se expressar de uma forma que se distancie radicalmente de qualquer traço de feminilidade. A internalização dessa norma e de toda repressão advinda dela pode gerar um modelo de masculinidade extremamente tóxico, que pode levar os homens à violência, a crises pessoais e a dificuldades de relacionamento com as mulheres.

Na concepção moderna, a masculinidade é compreendida com o termo que abrange todo um campo conceitual na estrutura dos estudos de gênero e sexualidade, por meio do qual se pode compreender os significados culturais que enquadram um indivíduo no que ideologicamente se compreende como homem, produzindo uma essência do ser homem. Esses significados são perpetrados na cultura através de complexos processos metafóricos – e de certo ponto ritualísticos – aplicáveis a diversas áreas da interação humana e da vida social destes indivíduos (VALE DE ALMEIDA, 2005).

É importante salientar que, com o desenvolvimento dos estudos de gênero no campo da masculinidade, o termo masculinidade empregado no singular se tornou obsoleto, tanto do ponto de vista científico quanto da prática, a partir do momento em que se pode perceber que a masculinidade pode se apresentar de variadas formas culturais. Desse modo, passou-se a empregar o termo masculinidades.

Como dito anteriormente, a crescente visibilidade do movimento feminista e a consolidação dos estudos de gênero possibilitaram que fossem feitas investigações acerca dos homens e das masculinidades. O homem e o masculino que para muitas intelectuais feministas representavam “as faces

malditas das relações que produzem desigualdades sociais e subordinam as mulheres" (MEDRADO; LYRA, 2008), passaram a refletir criticamente a respeito de suas próprias masculinidades e sobre o conceito do papel masculino, colocando o homem pós-moderno diante de uma significativa crise da identidade masculina, quando este novo homem passa a não se reconhecer nos modelos identitários hegemônicos (SILVA, 2006).

As drásticas mudanças sociais e culturais ocorridas, a contar da década de 1960, foram impulsionadas pela crescente visibilidade do movimento feminista, dentre as quais destacamos: os movimentos de liberação sexual feminina, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na produção intelectual, assim como o desenvolvimento dos estudos de gênero e sexualidade, que por sua vez resultou na redefinição dos papéis de gênero, na pluralização das identidades sexuais e de gênero; produzindo efeitos na compreensão dos homens acerca de si mesmos e de suas construções subjetivas de masculinidade, o que leva muitos destes homens a abandonar a compreensão de uma identidade masculina hegemônica – única, fixa, tradicional e pautada em padrões de masculinidade intangíveis (comumente associados à violência e à agressividade) – e partem em busca de um modelo de masculinidade que melhor conseguisse descrever suas subjetividades.

O questionamento da masculinidade hegemônica foi o primeiro indício de uma crise das identidades masculinas. Outro indício desta crise seria criado a partir da compreensão de uma suposta feminilização do masculino, ou desmasculinização, resultante tanto da emancipação feminina quanto da crescente visibilidade de homens gays, bissexuais e mais tarde transexuais, que apresentaram ao novo homem novas possibilidades de masculinidades (e subjetividades masculinas), levando-os a uma questão fundamental: o que

é ser homem? (SILVA, 2006).

Pimentel (2008) assinala que homens se tornam homens na e pela convivência com outros homens e com mulheres, destacando a participação de figuras significativas para a construção dessa identidade masculina: um avô, um pai, um ídolo etc. Ressalta-se também a participação feminina na transmissão de aprendizados através da socialização, visto que, no contexto familiar, as mulheres tradicionalmente assumem a função de cuidadora e educadora dessas crianças (SAFFIOTTI, 1997).

Nesse sentido, os indivíduos nascem rigorosamente assinalados como machos ou fêmeas e, a partir da educação que recebem, se tornam homens ou mulheres. Safiotti (1997) defende ainda que o processo de socialização masculina é orientado a partir de uma ideologia machista que privilegia o homem, ao considerá-lo superior à mulher, mas também exerce uma influência negativa nos meninos ao transmitir valores, como "homem não chora", que, a longo prazo, podem provocar nos meninos a inibição de sua sensibilidade sob o risco de serem considerados femininos.

Welson Santos (2016) destaca o papel da escola na socialização das crianças, apresentando-a como o lugar que reúne formas de imposição de regras aos sujeitos do discurso, exercendo controle sobre os corpos, gênero e sexualidade. A escola institucionaliza a normatização dos gêneros, das sexualidades e dos sistemas de diferenças que podem ser percebidos, mesmo em pequenos detalhes, como as normas disciplinares que se aplicam de maneira diferenciada a meninos e a meninas. Desse modo, podemos perceber que a masculinidade é fruto de um processo de aprendizagem social que pode se dar de maneira saudável e livre, mas também pode adquirir contornos opressivos e violentos, a depender da experiência de cada sujeito e da com-

preensão de masculinidade apreendida.

Pimentel (2008) evidencia que o caráter da socialização de homens por muito tempo foi fortemente orientado a reprimir a subjetividade masculina, forçando os homens, desde a infância, a reproduzir uma lógica masculinista baseada na força, no domínio, na competição e no machismo, sufocando (repelindo) todas as inclinações que socialmente são atribuídas ao universo feminino: sensibilidade, emoções, delicadeza etc.

A identidade masculina se constrói a partir da diferenciação, conforme evidencia Pimentel (2011, p. 21):

Em uma perspectiva histórica, defende que ser homem no século XIX significava “não ser mulher”, mas jamais ser homossexual. Portanto, a forma de se vestir, de andar, a maneira de se comportar, a entonação de voz eram caracteres que os distinguiam.

Com a questão fundante dos estudos de masculinidades: “o que é ser homem?”, buscamos investigar “quem é o homem” por meio de uma reflexão sobre o sujeito da identidade masculina, os significados e símbolos envolvidos na construção da identidade do homem, situando especificamente o homem trans.

Considerando-se que, no contexto das experiências transmasculinas, a construção de masculinidade se dá de maneira diferenciada da masculinidade cisgênera³, a iniciar pela socialização recebida, que é incongruente à própria percepção de gênero, mesmo que a tomada de consciência da identidade de gênero, ou epifania de gênero⁴, tenha se dado em um momento pos-

3 - Cisgênera(o): o termo cisgênero foi cunhado por Carl Buijs, homem trans e transfeminista holandês, para designar pessoas que não são trans, ou seja, para se referir a pessoas cuja identidade de gênero está em conformidade com o sexo/gênero que lhe foi atribuído ao nascer, aos indivíduos não-trans (LEONARDO; ATHAYDE; POCAHY, 2017).

4 - Epifania de gênero: utiliza-se o conceito de epifania de Denzin (1989), o qual descreve a epifania de gênero como o momento decisivo na vida das pessoas transgêneras, através do qual

terior, até mesmo na idade adulta, ou que essa percepção tenha sido tolhida por um período significativo de suas vidas, como observa Kennedy (2010, p. 21):

[...] uma significativa maioria de pessoas transgênero toma consciência de sua identidade de gênero em tenra idade. Assim, a maioria das crianças trans passa maior parte, ou todo período escolar, sentindo que têm uma identidade de gênero que é diferente daquela que têm que representar. Crianças transgênero são caracterizadas como “Não Aparentes” e “Aparentes”, com a vasta maioria tendendo à última categoria. Argumenta-se que o longo período de ocultação e supressão pode levar a problemas.

A partir de uma compreensão fenomenológica da masculinidade trans, visamos entender o sentido que os homens trans atribuem à própria masculinidade, às suas experiências de subjetivação durante a transição de gênero, aos processos psicológicos através dos quais puderam se reconhecer e (re) construir a si mesmos enquanto sujeitos do gênero masculino e de que maneira estes seres se inserem no mundo.

Masculinidades e poder

O conceito de masculinidade hegemônica foi desenvolvido para denunciar a hierarquização existente entre os variados modelos de masculinidade, as desigualdades sociais entre os homens e para promover uma nova discussão sobre o papel do homem na política. Connell (1995) define a masculinidade hegemônica como a capacidade de impor uma definição específica sobre outros tipos de masculinidade. Um modelo de masculinidade se torna hegemônico quando se apresenta como um modelo único do que é ser homem

tomam consciência de sua real identidade de gênero. Deste modo, o termo representa o momento de autodescoberta enquanto sujeitos pertencentes ao gênero oposto à designação recebida no nascimento (JESUS, 2013).

em detrimento de quaisquer outras vivências subjetivas da identidade masculina.

A masculinidade hegemônica é um conceito que se baseia na concepção gramsciana de hegemonia, que no contexto das relações de gênero foi utilizado para compreender a estabilização das relações de classe e as dinâmicas da mudança estrutural envolvendo a mobilização e a desmobilização de classes inteiras, no caso a classe dos homens.

A masculinidade hegemônica, que se constrói baseada em uma idealização normativa de masculinidade, a saber, um homem cisgênero, heterossexual, branco e ocidental, é baseada em um conjunto de modelos de conduta masculina admirável: exaltados pelas igrejas, narrados pela mídia de massa e celebrados pelo Estado. Esses modelos são baseados nas práticas sociais do cotidiano, porém, não raramente, apresentam distorções e excessivas estereotipações, de modo que não possam ser alcançados por nenhum homem real (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Devido ao fato deste conceito ser baseado nas práticas sociais ocorridas no interior das relações de gênero, intergênero e intragênero, podemos dizer que a concepção de um modelo hegemônico permite a continuidade das relações de dominação coletiva dos homens sobre as mulheres e de homens sobre outros homens, de identidade subalterna. Desse modo, em alguns contextos, a masculinidade hegemônica pode-se apresentar em práticas tóxicas e violentas, como forma de dominação de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Januário (2016) alude que este modelo de masculinidade se expressa e se materializa no corpo por meio de gestos, de maneirismos, no vestuário, nas manifestações de sentimentos e, sobretudo, nas atitudes e nas interações so-

ciais. Nesse sentido, podemos perceber a masculinidade hegemônica como uma identidade instável e frágil, que se encontra sob um rigoroso sistema de vigilância e que, para se manter estável, necessita estar sob sustentação contínua de variados mecanismos de reafirmação e de reiteraões, os quais são responsáveis pelo caráter performático, ritualizado e estereotipado das relações entre os homens.

O conceito de masculinidades subalternas surge no mesmo contexto em que advém a ideia de um modelo de masculinidade hegemônica. Ao se considerar a existência um modelo de masculinidade que se apresenta como dominante, opressor, considera-se também que este poder e este domínio são exercidos sobre o outro, neste caso, sobre outros modelos de masculinidades. Conforme assinala Kimmell (1997 apud JANUÁRIO, 2016, p. 103), “o hegemônico e o subalterno emergem em mútua e desigual interação, em uma ordem social e econômica com uma demarcação prévia distorcida de gênero”.

A respeito disso, Januário (2016, p. 126) salienta que:

As masculinidades marginalizadas incluíram todos os indivíduos do sexo masculino que não se encaixavam nas normas da masculinidade hegemônica (Connell, 2005; Kimmel, 1997; Vale de Almeida, 2000). A marginalidade relaciona-se com as relações de poder que a masculinidade hegemônica exerce sobre as demais masculinidades. Esta forma de masculinidade está discriminada devido à condição subordinada de classe social ou etnia. A marginalização é produzida nos grupos explorados ou oprimidos que podem compartilhar muitas das características da masculinidade hegemônica, mas que são socialmente desautorizados.

As masculinidades subalternizadas são aquelas que não representam a classe dominante (branca, heterossexual e burguesa) e expressam que nem todos os homens se beneficiam igualmente dos privilégios de gênero. Gru-

pos minoritários de homens, tais como negros, indígenas, pobres, homossexuais, afeminados e, mais recentemente, os homens trans são compreendidos como sujeitos cuja masculinidade é constantemente desvalorizada e colocada à prova pelos que se intitulam “homens de verdade”.

Masculinidades Trans

As identidades de gênero não normativas sempre existiram, embora, desta população, apenas poucos indivíduos tenham excepcionalmente saído da penumbra, enquanto a maioria tenha permanecido na invisibilidade social, política e cultural. Somente no século XXI, devido à crescente atuação dos movimentos pelos direitos LGBT, estes grupos puderam quebrar a lógica desta invisibilização e marginalização compulsórias, ampliando a circulação social de pessoas trans. Por este motivo, a transgeneridade é considerada como um fenômeno contemporâneo (PIMENTEL; CASTRO; MIRANDA, 2018).

As transmasculinidades somente ganharam visibilidade no Brasil a partir de 2010, através da atuação dos movimentos politicamente organizados de homens trans – como a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), criada no ano de 2012, e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), criado no ano de 2013 – e a crescente visibilidade de homens trans militantes, dentre os quais destaca-se a figura do psicólogo e escritor João W. Nery, autor de “Viagem Solitária”, livro autobiográfico que se constituiu como um marco teórico na produção literária de homens trans no Brasil (ÁVILA, 2014).

Homens trans, homens transgêneros, homens transexuais, transexuais masculinos, transmasculinos, trans-homens, FTM's ou simplesmente homens trans, muitas são as denominações utilizadas para se referir ao grupo diversificado de indivíduos inseridos em diferentes contextos sociais e culturais

que, segundo Almeida (2012), no momento do nascimento deles, foram assignados como corpos femininos e tiveram o gênero (impositivamente) reiterado através do processo de socialização, mas que, de alguma forma, se opõem a essa assignação. Jesus (2012) acrescenta que os homens trans são pessoas que reivindicam reconhecimento social e legal como homem.

O reconhecimento social do indivíduo como homem é sustentado por meio de habilidades discursivas e corporais compreendidas como “naturais”. A masculinidade, portanto, se apresenta como uma expressão, como prática e como materialização do discurso (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, podemos compreender que o reconhecimento da masculinidade se estabelece (se valida e se revalida) a partir de uma matriz cisgênera e heterossexual, que desnaturaliza e desumaniza outras formas de expressão que não estejam incluídas dentro desta matriz.

As masculinidades trans, bem como as masculinidades cisgêneras, possuem uma infinidade de expressões ou “matizes”, como nomeia Almeida (2012). Mas diferentemente das masculinidades cisgêneras, tomadas como “naturais” de acordo com o sistema sexo-gênero, as masculinidades trans ou transmasculinidades se constroem num processo de reconhecimento que inicia no reconhecimento de si e culmina no reconhecimento do outro.

As identidades transmasculinas representam identidades múltiplas, não fixas, cultural e localmente diferenciadas umas das outras a partir dos marcadores de classe, raça, orientação sexual e origem. Ademais, podem apresentar múltiplas expressões e apresentar múltiplos significados conforme a vivência de cada um destes sujeitos. Considerando-se esta diversidade, Almeida (2012) etnografou quatro grupos de pessoas assignadas femininas ao nascimento e que se identificam total ou parcialmente com o espectro das

masculinidades, sendo eles:

- O primeiro grupo refere-se a pessoas que, embora utilizem uma expressão de gênero masculinizada e que eventualmente utilizem um nome masculino ou refiram-se a si mesmas com pronomes masculinos, socialmente se definem como mulheres, por diferentes motivações: questões familiares, fatores subjetivos, objetivos e sociais (família, trabalho, sustentação econômica etc.). Sua predominância é maior entre as classes médias.

- O segundo grupo é formado por indivíduos que, mesmo se definindo e se expressando cultural e socialmente como homens, exercem a escolha de não aderir a modificações corporais, sejam elas cirúrgicas ou hormonais. É representado pelas camadas mais populares, notadamente pelos trabalhadores informais.

- O terceiro grupo é formado por indivíduos que constroem performances públicas em que os gêneros fluem livremente, podem fazer uso de roupas, acessórios e calçados masculinos ou femininos, cortes de cabelo andróginos e até uso de dois nomes sociais (um masculino, outro feminino). Sua expressão de gênero é política e representa uma insatisfação com o “binarismo dos gêneros” e/ou com a “heteronormatividade”. Eles/as explicitam o desejo de modificações corporais, às vezes por via da ingestão de testosterona, mas demonstram o desejo de realizar procedimentos cirúrgicos.

- O último grupo é composto por aqueles indivíduos que se expressam através da categoria identitária homem trans e são aqueles que:

“[...] fazem e/ou desejam fazer modificações corporais através da hormonização por testosterona e de uma ou mais intervenções cirúrgicas, além de se valerem em larga medida de outros recursos sociais (roupas e calçados masculinos, faixas torácicas – a fim de dissimular o volume dos seios – e próteses penianas de uso público). Buscam também frequentemente o re-

conhecimento jurídico do sexo e do nome masculinos e têm se tornado mais visíveis na cena pública brasileira, em função do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), que favorece o acesso a modificações corporais de alta complexidade. Tais indivíduos já se expressavam de forma diferenciada antes da existência do processo transexualizador, distinguindo-se de maneira mais ou menos sutil da identidade lésbica." (ALMEIDA, 2012)

Garcia (2015) afirma que as masculinidades, hegemônicas ou não, se inscrevem no sistema sexo-gênero a partir do que Butler (2007) denomina de "matriz heterossexual", de modo a legitimar a opressão às mulheres por meio de um sistema ideológico que defende a diferença com base nos marcadores biológicos.

No entanto, a transmasculinidade desestabiliza este sistema quando promove a desnaturalização do sistema sexo-gênero ao sustentar que tanto o sexo quanto o gênero se constroem social e culturalmente. Desse modo, o reconhecimento da masculinidade trans se dá a partir da compreensão da heterossexualidade como um elemento constitutivo de identidade.

O desejo pelo gênero oposto se apresenta como um indicador de legitimidade e/ou coerência ao gênero transmasculino, promovendo a invisibilização de homens que vivenciam a sua sexualidade de maneira diversa. Um fenômeno semelhante pode ser observado nas construções de masculinidade cisgêneras, quando homens não heterossexuais são considerados menos homens que os demais, portanto, subalternos.

A subalternização das masculinidades não cisgêneras, não heterossexuais e não brancas se consolida por meio de um complexo sistema de reiterações, dentre as quais se destaca o papel da linguagem. Citando Austin, Bento (2006) afirma que a linguagem cria e localiza os sujeitos trans a partir

de suas vivências e experiências, possuindo a capacidade única de criar realidades, de produzir sentidos e de reiterá-los através do discurso.

Na construção das transmasculinidades, a linguagem desempenha um papel fundamental na construção destas múltiplas experiências identitárias. Gaspodini e Nery (2014) evidenciam que estas diferentes nomenclaturas revelam características identitárias diversas na experiência transmasculina, por exemplo: o termo homem trans ratifica o sujeito “o homem” adjetivado pela partícula trans que o qualifica e o diferencia dos demais homens em sua experiência e sua vivência. Nesta construção, a identidade homem é a mais importante, sendo a identidade trans uma identidade acessória, logo podemos enquadrar também as categorias homem transgênero e homem transexual, uma vez que para os primeiros a autoidentificação enquanto transgênero revela o caráter social da experiência de gênero; assim, o sujeito autoidentificado como transgênero revela não se adequar às normas do sistema sexo/gênero. Já o termo transexual apropria-se da nomenclatura médica para identificar aqueles que não se enquadram ao sexo biologicamente assinalado.

No termo trans-homem, no entanto, a partícula trans se apresenta como um prefixo à identidade homem. O termo revela que a experiência trans se liga à identidade homem, dando origem a uma nova identidade que se constrói alheia ao binarismo de gênero. Entretanto, no termo transmasculino, a categoria homem é suprimida, evidenciando uma transexperiência masculina, mas não necessariamente pertencente ao gênero binário homem. O termo FTM (do inglês: female to male) dá ênfase ao processo de transição corpórea, hormonal e cirúrgica, de um sexo/gênero a outro. Podemos concluir que, discursivamente, a adoção do termo FTM revela a compreensão da identidade masculina como um destino, um objetivo a ser alcançado.

Diferentemente do que ocorre entre as masculinidades cisgêneras, não se observa entre os sujeitos transmasculinos a presença de um sistema de subalternização entre as suas múltiplas expressões de gênero ou da sexualidade. De modo que os termos homem transgênero, homem transexual, trans-homem, homem trans, transmasculino ou FTM são igualmente aceitos entre a comunidade trans embora seja possível reconhecer que alguns destes sujeitos possam reproduzir a lógica patriarcalista e heterossexista do sistema dominante.

Apesar de considerar as contribuições etnográficas de Guilherme Almeida (2012), este trabalho se localiza epistemologicamente a partir da teoria do reconhecimento de Paul Ricoeur, pois consideramos homens trans aqueles sujeitos que tendo sido determinados femininos ao nascimento, reconhecem-se a si mesmos e são mutuamente reconhecidos como homens trans, tendo ou não passado pelo processo de transição corporal, hormonal ou cirúrgica, fazendo ou não o uso de faixas de compressão, utilizando ou não vestimentas consideradas masculinas.

Para efeitos desta pesquisa, serão investigadas as masculinidades que se enquadram na categoria analítica homens trans. A escolha desta identidade como categoria de análise não se estabelece de maneira arbitrária e nem para determinar qualquer tipo de hierarquização, mas sim por reconhecermos uma maior visibilidade política deste grupo.

Capítulo 5

Narrativas de homens trans na
pesquisa qualitativa

Este capítulo é composto pelas análises das entrevistas acerca da experiência transmasculina de três homens. O modelo de estudo é qualitativo, que, segundo Minayo (2008 apud GUERRA, 2014, p. 14), engloba:

As abordagens qualitativas são mais adequadas a investigações científicas de grupos, segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob o ponto de vista dos atores sociais, de relações e para análises de discursos e documentos. O método qualitativo envolve a empiria e uma sistematização progressiva do conhecimento até que a compreensão da lógica interna do grupo seja desvelada.

Realizamos inicialmente uma revisão de literatura acerca dos estudos de gênero, das masculinidades e das transmasculinidades no período de 2007 a 2020, utilizando-se das bases de dados da Scielo (Scientific Electronic Library Online) e a plataforma Google Acadêmico. Os descritores foram: Estudos de gênero, transexualidade, transgeneridade, masculinidades, transmasculinidades, fenomenologia, identidade, análise do discurso e reconhecimento.

Durante a coleta de dados, foi possível perceber que a literatura acadêmica ainda desprivilegia os estudos sobre homens trans, ao considerarmos a baixa incidência de artigos acadêmicos sobre as masculinidades trans, que representam cerca de 38% da produção acadêmica a respeito da transexualidade. Outra observação importante refere-se à forte presença do estigma da patologização das identidades trans no mundo acadêmico.

O levantamento da produção acadêmica brasileira, entre os anos de 2007 a 2018, nas áreas da Saúde, da Psicologia e das Ciências Humanas, continha os seguintes marcadores: identidade de gênero, identidade sexual, gênero e sexualidade, transexualidade, transmasculinidade e homens trans. Observamos que 53% das publicações referiam-se ao fenômeno da transexualidade, como transexualismo em que, embora seja o termo indicado no Cid 10 e

no DSM-IV, o sufixo ÍSMO reconhecidamente carrega uma carga pejorativa, patologizante que atenta diretamente contra a dignidade e autonomia destes sujeitos.

Notamos ainda que alguns artigos, sobretudo da área de Saúde, utilizam equivocadamente os termos transmasculinidade ou homens trans para se referir a experiência de mulheres trans e travestis. Foram encontradas também publicações que associavam a transexualidade a uma psicose, a fetichismo ou parafilias, dentre as quais nos chamou a atenção uma produção em que o autor associa a crescente visibilidade de pessoas trans a uma histeria coletiva contemporânea, associada à mídia televisiva. No Google Acadêmico, constatamos que 95% da produção acadêmica sobre estes temas referem-se a homens cisgêneros e que uma parcela significativa dos 5% restantes refere-se à masculinidade ou masculinização de mulheres lésbicas. Após o levantamento da base bibliográfica, foram consideradas as contribuições de Paul Ricoeur (2006).

A pesquisa foi aprovada por comitê de ética, sob o parecer número 3.579.909/2019. Por tratar-se de pesquisa com seres humanos, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme os aspectos éticos instituídos na Resolução Nº 196/96, versão 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Considerando-se os significados culturais de masculinidade construídos ao longo do tempo, delimitou-se como objetivo desvelar a experiência transmasculina em suas múltiplas dimensões e possibilidades. Buscamos compreender os aspectos dos processos de subjetivação da masculinidade na experiência transmasculina de três homens.

Os dados foram coletados, por meio de entrevista semiestruturada, de

acordo com os seguintes critérios: autoidentificação como homem trans; maior de 18 anos de idade; estar em processo de transição de gênero e que preferencialmente tenha iniciado a terapia hormonal; ser socialmente reconhecido como homem trans, seja em âmbito público ou privado; residir no município de Belém-PA; assinar o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como critérios de exclusão, adotamos: Transmasculinos ou pessoas trans de identidade não binária (que não se identifiquem integralmente com o gênero masculino), homens trans que ainda não tenham reconhecimento social no gênero masculino.

As questões da entrevista foram: *faça uma autodescrição; inclua memórias da sua infância e da adolescência; comente as percepções sobre a não correspondência entre seus sentimentos e as normativas de gênero de nascimento; esclareça o seu processo de reconhecimento da sua identidade masculina; aponte quais os referenciais de masculinidade você utilizou na construção de sua identidade de gênero; o que significa ser homem?; o que você entende por masculinidade?; você realizou modificações corporais para construir a sua imagem atual: S/N?; explicita as modificações.*

Após leituras exaustivas dos materiais transformados em texto, foi possível compor uma descrição interpretativa da história de vida dos participantes, das percepções de si mesmos enquanto sujeitos, das memórias da infância e da adolescência para compreender como se deu o processo de construção de sua identidade transmasculina, bem como as implicações que o reconhecimento da identidade trouxe à vida destes sujeitos, os sentimentos envolvidos durante todo o processo de transição de gênero, a relação que estes sujeitos mantêm com o próprio corpo, o significado atribuído à masculinidade e o sentido que eles dão à sua experiência enquanto homens trans.

Por fim, elaboramos as categorias: a) Relações familiares; b) Corporeidade e sexualidade; c) reconhecimento e identidade. De modo a compreender o percurso do reconhecimento (autopercepção) da identidade de gênero dos homens trans entrevistados.

Perfil dos participantes

Criamos pseudônimos com o intuito de preservar a identidade dos participantes e de pessoas próximas a eles.

A) João: nascido no município de Belém-PA, identifica-se como indígena, heterossexual, tem 32 anos. Atua como professor da rede municipal de Ensino, reside em um apartamento pequeno alugado junto com sua companheira Luana, mulher trans de 24 anos, com quem possui um relacionamento estável há 2 anos.

B) Lucas: é um homem trans de 27 anos, negro, heterossexual, professor desempregado que atua como motorista de aplicativo desde que fora demitido da escola em que trabalhava. Reside em uma casa na periferia da cidade com sua esposa e filha.

C) Alê: é um homem trans de 52 anos, bissexual, branco, graduado em administração de empresas e bacharel em Direito. Reside em uma casa nos altos da residência de sua mãe, com quem divide as despesas domésticas. Alê é conhecido por muitos homens trans como “o paizão” devido a sua atuação política e social no acolhimento dos homens trans, que o veem como referência tanto na militância quanto na vida pessoal.

Interpretação das narrativas

Sintetizamos as narrativas, as descrições do mundo e da vida, bem como as experiências dos participantes por meio de uma interpretação dos textos, e a ferramenta utilizada para a apreensão do sentido do fenômeno estudado.

João

O primeiro contato

João se reconhece como homem trans há aproximadamente 11 anos, mas somente iniciou efetivamente a transição de gênero há 4 anos. É reconhecido como homem trans pelo corpo técnico das escolas em que trabalha, mas não por seus alunos, não por temer algum tipo de reação das crianças, e sim por não achar necessário expor sua intimidade desta forma. Ele também prefere que nem ele e nem sua companheira sejam identificados como pessoas trans pelos vizinhos, temendo pela segurança de ambos.

A aproximação com João se deu de forma espontânea, visto que já nos conhecíamos há alguns anos e possuímos uma relação anterior à pesquisa. Em uma conversa informal, comentei com ele a respeito do meu projeto de pesquisa, da metodologia e das minhas expectativas sobre o estudo e lhe perguntei se tinha interesse em participar da pesquisa, na condição de entrevistado. O aceite foi imediato, uma vez que ele compreendeu a importância do tema tanto no sentido acadêmico quanto no sentido social, ao perceber que a publicação da pesquisa poderia ajudar outros homens trans a se reconhecerem.

A entrevista foi concedida anteriormente à pandemia de COVID-19, de forma presencial. João e Luana me receberam na residência deles e foram bastante acolhedores. Luana me levou para conhecer o apartamento, pois era

a primeira vez que eu estava naquele local, serviu-nos um café, conversamos por alguns instantes, em seguida, ela se recolheu ao quarto do casal para nos dar privacidade durante a realização da entrevista.

Relação familiar de origem: com os pais

A narrativa de João revela que a sua relação com o pai é bastante fragilizada, havendo um distanciamento emocional entre os dois. Esse tipo de comportamento é bastante comum, quando se considera os valores culturalmente associados à paternidade e ao papel do homem na família cristã, geralmente relacionado ao provimento da casa, à proteção da prole e aplicação da disciplina, enquanto a afetividade, a educação e o cuidado são tarefas atribuídas à mãe.

Por meio da narrativa de João, foi possível perceber um sentimento de frustração em relação à paternidade que idealizou com o modelo de paternidade desempenhado pelo pai, considerado ausente e emocionalmente indisponível, fazendo com que João não o reconheça como pai, como se pode perceber no trecho:

“ *Ele é ausente, ele estava lá, mas não estava lá... ele tinha uns problemas com depressão e ele bebia muito, tava sempre no bar, sempre com os amigos dele. Então eu não tenho uma relação com ele, mas eu gosto dele, mas não vejo nele um pai. (João)*

Em relação à mãe, João revela possuir grande admiração por ela, idealizando-a como um ser humano perfeito cujas falhas se justificam pelo cuida-

do, e a afetividade deve ser conquistada através de muito esforço. A idealização da figura materna pode ser percebida até mesmo nas características reconhecidamente negativas (inclusive por ele), conforme excerto a seguir:

“ *Ela é muito manipuladora e muito dominadora.* (João)

João procura reinterpretá-las de forma romantizada, como se a manipulação e a dominação exercidas por ela tenham sido benéficas a ele. É possível perceber, na narrativa do entrevistado, uma grande necessidade de atender, ao que acredita ser, às expectativas de sua mãe, demonstrando um forte desejo de reconhecimento e atestação que se expressa quando ele diz:

“ [...] *eu sempre quis ser perfeito pra ela [...] muitas coisas que eu fiz na vida foi feito pensando nela, se ela ia gostar ou se ela não ia gostar.* (João)

Pode-se perceber também um certo distanciamento afetivo entre ambos, possivelmente explicado pelo fato de João ter colocado sua mãe em uma posição de superioridade, ou a si mesmo em uma posição de inferioridade, que a tornaram emocionalmente inalcançável. Foi possível perceber isto quando o entrevistado descreveu ter feito exaustivas tentativas de conquistar a admiração, a aprovação e o reconhecimento de sua mãe. Neste momento, emergem os sentimentos de culpa e de frustração por acreditar que não conseguiu satisfazer às expectativas dela, sejam de gênero, pessoais ou profissionais.

Desse modo, pode-se perceber que o reconhecimento de si é fortemente condicionado ao reconhecimento do outro, no caso a mãe dele. É possível compreender a necessidade de reconhecimento materno através da reinter-

pretação ricoeuriana da luta por reconhecimento inspirada nas proposições de Axel Honneth (2009).

Ricoeur (2006) salienta que a formação da identidade do indivíduo se dá mediante ao reconhecimento intersubjetivo, e este ocorre em três dimensões: do amor, do direito e da estima social. Na dimensão do amor, localizam-se as relações amorosas, familiares e de amizades. Esta unidade se localiza no campo das relações afetivas, em que a família é considerada a instituição responsável pela iniciação do indivíduo à cultura, à educação, sendo também responsável pela primeira forma de reconhecimento na égide do amor, o reconhecimento na linhagem.

É nesta esfera de reconhecimento mútuo que os pais distinguem seus filhos, atribuindo-lhes um nome, um sobrenome e, em última instância, um gênero, a partir dos quais lhe atribuem um “papel” dentro da estrutura familiar, por conseguinte, os filhos reconhecem aos pais.

Ricoeur (2006) afirma que esta primeira noção de reconhecimento no amor ocorre de forma arbitrária, antes mesmo que o sujeito desenvolva qualquer nível de consciência egológica, na qual lhe é atribuída uma identidade civil, por meio dela, o sujeito é localizado a partir de sua genealogia e passa a ser reconhecido desta forma.

Relação familiar de origem: com os irmãos

Em relação aos irmãos, João revela ter uma proximidade maior com o irmão do meio, mas demonstrou-se bastante evasivo, e de certa forma desconfortável, ao não detalhar o tipo de relação que mantém com eles.

“ *Bom eu tenho um irmão que veio antes de mim, o Luís, que admiro bastante, respeito bastante, e ele me respeita também... mas o mais velho, eu não falo com ele desde os meus 13 anos. (João)*

O entrevistado foi bem retraído ao falar sobre o seu relacionamento com os irmãos, apresentando uma resposta sucinta que pode indicar uma recusa ao tratar do assunto. Demonstra ter sentimentos de respeito e admiração por um dos irmãos, bem como revela ter uma relação conflituosa com o outro, mas não demonstra vontade para aprofundar o assunto.

Em relação a sua construção subjetiva de gênero, pode-se perceber que os irmãos também não se constituíram como um modelo de masculinidade no qual o entrevistado desejasse se inspirar.

Autorreconhecimento: identidade e corporeidade

Para demonstrar como as formas que o processo de autorreconhecimento, percepção de si mesmo e a apreensão da situação social no mundo foram configurados, solicitou-se ao participante uma descrição de si mesmo:

“ *Olha, eu me descrevo hoje como um homem trans, assim vendo a bandeira dos meus amigos e tal. Antes de eu me assumir assim, digamos externamente, eu dizia que eu era andrógino, mas eu tinha um desejo de ter um corpo masculino, mas depois de ter passado por um processo de depressão muito grande, eu acho que acabei “desmontando” a maneira como eu sinto, a maneira como eu vejo o ser homem*

e o ser mulher... minha mãe diz que eu não sei conceituar o que é homem e o que é mulher. Eu sou um homem, entendeu? Mas, estando assim bem emocionalmente, eu me considero um homem trans; mas, quando eu tô mal (às vezes eu fico), eu sou um homem... Ah! não existe homem, não existe mulher... mas eu quero ter um corpo de homem. (João)

Sobre o reconhecimento de si mesmo, a questão da identidade de gênero surgiu em primeiro plano, conforme o seguinte trecho:

“ *Olha, eu me descrevo hoje como um homem trans, assim vendo a bandeira dos meus amigos e tal. (João)*

Logo é possível perceber que a afirmação da identidade transmasculina é o elemento estruturante na construção do “eu”. Com esta afirmação, pode-se concluir que a identidade de gênero dá sentido à existência deste sujeito. Hipótese confirmada em um momento posterior, quando o entrevistado afirma que antes de sua transição de gênero:

“ [...] *era como se eu não existisse. (João)*

Percebeu-se também que o entrevistado demonstrou reconhecer-se em seus iguais, tanto no aspecto ideológico quanto em sua subjetividade. A importância dos outros indivíduos na constituição do sujeito pode ser compreendida a partir do pensamento de Honneth (2009), que define que as relações se estabelecem em um grau pré-jurídico de reconhecimento recíproco, no qual os indivíduos se confirmam mutuamente em suas necessidades concretas. Há uma relação em que os indivíduos se identificam uns com os outros a

partir de uma experiência comum, no caso, a experiência transmasculina, na qual passam a se reconhecer mutuamente através de vivências, “necessidades” e pautas políticas semelhantes.

Ao traçar um percurso do reconhecimento, o entrevistado revela que inicialmente se reconheceu enquanto um sujeito andrógino, ou seja, que possuía leitura social ambígua por possuir ou expressar tanto características do gênero masculino quanto do feminino. Percebeu-se que para João a construção do si, a partir de uma não marcação de gênero, se mostrou uma alternativa confortável para lidar com os seus sentimentos de inadequação em relação a sua identidade de gênero.

O entrevistado afirmou que o seu estado emocional interferia diretamente na percepção de sua identidade, neste sentido, o conflito do sujeito com a mãe emerge, demonstrando o aspecto destrutivo do menosprezo. A negativa do reconhecimento intersubjetivo, ou menosprezo, provoca no indivíduo um grave dano psíquico e emocional, destruindo os sentimentos de confiança e estima por si próprio (RICOEUR, 2006). Infere-se que o menosprezo em relação a identidade de gênero de uma pessoa trans e a falta de suporte familiar podem levar o indivíduo a um estado de intenso sofrimento psicológico que em determinados momentos podem levá-lo a despersonalização.

João revelou se perceber como um menino desde a infância. Segundo sua narrativa, sentia-se bastante seguro de si e não deixava que a percepção do outro afetasse a imagem que possuía de si mesmo.

“ Desde sempre, desde criança. Quando você percebe que existe, quando você percebe que é alguém no mundo, você entende quem você é, e eu me entendia dessa forma (enquanto homem). No momento em que eu já atendia pelo meu

nome (de batismo), eu me reconhecia nesse nome e nunca achei que esse homem era um nome feminino, era nome de homem. Era o meu nome e era um nome de homem, porque eu era um homem. (João)

Kennedy (2010) frisa que é comum que as crianças comecem a entender a identidade de gênero nos primeiros anos de vida, entre as idades de 3 e 4 anos, porém somente nos anos posteriores é que a criança vai desenvolver a percepção sobre a própria identidade de gênero, por volta dos 6 ou 7 anos.

A autora afirma que, no caso de pessoas trans, ainda na infância, após se tornarem conscientes de que sua identidade de gênero difere do gênero em que foram socializados, elas podem reprimir seus sentimentos de modo a ocultar a expressão de gênero que lhes parece natural.

Na experiência do entrevistado, durante os primeiros anos da sua vida, já possuía uma expressão de gênero masculina, reconhecendo-se e reivindicando ser reconhecido como um menino, porém durante o processo de socialização, sobretudo na socialização escolar, as noções de identidade de gênero lhe foram apresentadas de forma fixa e impositiva, sendo esta identidade indissociável do sexo anatômico e dos papéis de gênero.

Dessa forma, podemos concluir que o processo de socialização representa uma das primeiras formas de menosprezo, ou de não reconhecimento da pessoa trans, podendo trazer vários danos ao estado emocional e aos sentimentos de estima própria da pessoa trans.

No caso do entrevistado, apesar de ele afirmar que durante a infância esse menosprezo não produziu nenhum efeito nocivo, os resultados de anos de negativas de reconhecimento passaram a ser percebidos na adolescência e na fase adulta.

A chegada da adolescência representou um momento notadamente conflituoso, pois foi quando passou a ser mais pressionado a performar feminilidade. Sabe-se que, na cultura ocidental, a puberdade feminina é considerada a transição de menina a mulher, a primeira menstruação é considerada como um marco simbólico desta transição, representando o momento em que a menina se torna reprodutivamente “madura”.

Durante a adolescência, João foi exposto a sucessivas violências, exclusões e aos danos emocionais causados por elas. Suas necessidades de adequação levaram João a se anular, passando todo o período da adolescência evitando manter relações sociais e afetivas significativas.

Em relação a sua identidade de gênero, ele revelou ter passado a performar uma identidade andrógina, um não gênero. Tal “escolha” por não performar masculinidade ou feminilidade pode indicar uma forma do sujeito entrar em suspensão quanto as suas inquietações de gênero. É possível que a decisão de não se enquadrar em um gênero ou em outro seja um mecanismo utilizado para evitar entrar em conflito com a própria identidade de gênero.

As consequências psíquicas da vivência de um conjunto de pressões e opressões mencionadas implicaram em um grave período depressivo durante a adolescência de João, levando-o ao isolamento.

Ainda falando sobre a necessidade de se adequar, o entrevistado manifestou ter se relacionado com alguns rapazes durante a adolescência. Embora sua atração sexual afetiva e sexual se orientasse às mulheres. João buscou performar uma cis-heterossexualidade, renunciando a seus desejos, em detrimento da aceitação social.

Performar identidades tidas como dominantes, seja em troca de aceitação (de si e do outro), seja como forma de autodefesa contra agressões físicas,

psicológicas ou verbais, é uma postura bastante comum em sujeitos que se identificam fora da matriz cis-hétero normativa.

Este momento em que o sujeito conscientemente oculta seus sentimentos e sua afetividade é conhecido, no meio LGBT, como “o armário”. O armário, para Silva Neto (2010), representa a busca por proteção às opressões provenientes das expressões sexuais, é o lugar onde os sujeitos aprisionam seus desejos e seus modos de ser, de agir e de sentir, de modo que a sociedade cis-heteronormativa não os perceba como sujeitos desviantes à norma.

“ *Nessa fase todo mundo começa a se interessar por alguém, de querer namorar, e eu não. Eu não vivi nada disso, não vivi minha adolescência, eu tive que pular essa fase.* (João)

Percepções do corpo em transição

Ao descrever as mudanças corporais trazidas pela puberdade, João revelou ter vivido um grande desconforto em relação aos seios, que neste momento passaram a representar uma forte marcação de gênero feminino, tirando o caráter andrógino de seu corpo, conferindo a ele um enquadramento ao gênero feminino. Chamou atenção a busca de João em resolver a opressão de ter seios, recorrendo à religião, a Deus para livrá-lo do fardo. Assim, o entrevistado revelou o alto nível de incômodo com o seu corpo.

“ *Quando começou a nascer o meu seio, eu confesso que foi o fim da picada. Eu era católico, nessa época era muito mais. Então eu rezava pro meu seio nunca nascer, eu rezava muito, pedia muito pra Deus. Quando nasceu, foi muito ruim... por-*

que se desenvolveu muito rápido e era grande, eu sentia um grande desconforto em relação a este seio. (João)

O destino da transição: reflexões sobre as cirurgias

Em sua narrativa, João revelou que, após a cirurgia de mastectomia, ressignificou a relação que mantém com o próprio corpo, no sentido de aceitá-lo e reconhecê-lo:

“ *A cirurgia me deu um alívio, eu não me olhava no espelho desde a adolescência e, quando eu era criança, eu vivia me olhando no espelho, na adolescência eu simplesmente parei. Eu olhava e só reconhecia o meu olho, todo o resto parecia estranho, como se não fosse eu, como se eu tivesse dentro daquele corpo e só o olho ficasse exposto. (João)*

É seguro afirmar que a cirurgia de mastectomia possibilitou uma importante ressignificação da relação que João mantém com o próprio corpo e com o mundo. Considerando o corpo como o meio pelo qual percebemos o mundo e pelo qual somos percebidos, o corpo mastectomizado de João lhe possibilita uma nova compreensão de si, a partir do reconhecimento, e lhe permite uma nova inserção no mundo, através da qual este corpo pode ser percebido de acordo com a forma que João se identifica.

Embora a realização da cirurgia tenha proporcionado a João um alívio do seu desconforto com o corpo, não o elimina completamente, pois ele ainda se mostra pressionado por uma visão cisnormativa, que define o corpo masculino como aquele dotado de um pênis:



Satisfeito eu não estou, ainda tenho a questão de querer ter um pênis. Mas eu tô procurando amadurecer, em mim, em relação a essa sexualidade, em relação com meu corpo... esse negócio de: como ser um homem com vagina? Como sentir prazer sendo homem e tendo uma vagina. Mas ainda é algo que eu preciso elaborar. (João)

Dessa forma, podemos concluir que as pressões sociais podem interferir na autopercepção do corpo da pessoa trans, podendo gerar sentimentos de inadequação, de rejeição ou de incompletude.

Reflexões sobre as vivências

Louro (2004) sublinha que as escolas, assim como a igreja e a família, são instituições responsáveis pela imposição do que denominou “pedagogias de gênero”, instrumentos de controle social criados para diferenciar os sujeitos por meio da manipulação de marcadores biológicos de gênero. É na família que entramos em contato com as primeiras noções sistematizadas sobre gênero, é onde as diferenças entre meninos e meninas são reiteradas e aprofundadas pelo ensino de comportamentos adequados a cada um dos gêneros.

A escola representa um importante reforçador dos aprendizados de gênero. Santos (2016) acentua que a escola exerce um papel importante na normatização dos padrões de gênero e de sexualidade ao compreender determinadas atividades e comportamentos como tipicamente masculinos ou femininos.

No discurso de João, percebeu-se que a escola representou um importante instrumento de repressão, no qual o comportamento dele foi sistematicamente reprimido. Embora ele afirmasse que, durante a infância, esse tipo de

repressão não tenha afetado os seus sentimentos de estima própria, hipotetiza-se que, em determinados momentos de sua existência, os danos causados pelo não reconhecimento da identidade de gênero emergiram, especialmente, nas relações afetivas do entrevistado com os colegas:

“ *No começo [na infância], eu era muito seguro e as cobranças não me afetavam, não ficava triste, nem nada. Eu tinha uma vaidade muito grande, porque as meninas me achavam bonito, me beijavam, me achavam inteligente, engraçado; mas aí elas diziam que, se eu fosse homem, elas iriam querer namorar comigo, e isso me magoava, porque aí eu sentia que meu corpo não condizia com a minha verdade, e eu sonhava em mudar isso. Então, quando começou a envolver a questão da afetividade e sexualidade, as coisas passaram a me machucar. Eu achava que nunca ia ficar com uma garota, eu também não queria ficar com ninguém tendo um corpo de mulher, sendo lésbica... entende? Então eu me desliguei disso e foquei nos meus estudos, pra ser alguém na vida, pra ser bom em alguma coisa. (João)*

João afirmou que se percebeu diferente na infância embora sem clareza cognitiva das vivências. Somente passou a refletir, atribuindo sentidos, durante a fase adulta, quando teve conhecimento acerca do conceito de transgeneridade. Kennedy (2010) aponta que o reconhecimento da própria transgeneridade ocorre quando o sujeito adquire um vocabulário em que toma conhecimento do significado dos termos transgênero, transexual ou travesti, reconhecendo-se em algum deles. A este momento em questão, dá-se o

nome epifania, que são experiências significativas que produzem marcas na vida da pessoa e dão ao sujeito o direcionamento para a compreensão pessoal, cultural, social e do mundo (ANDRADE; TANAKA, 2001).

O entrevistado afirma que tomou conhecimento do termo transgênero a partir da leitura de algumas reportagens e blogs sobre o tema na internet, passando a se reconhecer, na experiência narrada, por outros homens trans. Podemos concluir que, ao compreender a experiência de outros homens trans, João pode atribuir sentido às experiências passadas, dando a elas um novo significado e sentido.

João afirma que manteve por toda a sua vida uma relação de estranhamento em relação ao seu corpo, pois, durante todo o seu processo de socialização, foi ensinado a acreditar que seu corpo era um corpo feminino, fazendo com que ele não se reconhecesse neste corpo, passando a rejeitá-lo. É importante salientar que o sentimento de inadequação com o corpo é produzido socialmente, através de sucessivas violências provocadas, em especial, pela negativa do reconhecimento e pelos padrões cisnormativos.

Identidade psicológica atual

Os referenciais de masculinidade adotados por João se baseiam em personagens do imaginário infantil, pode-se perceber que esta escolha revela uma idealização da masculinidade que se contrapõe aos modelos de masculinidades a que teria sido apresentado. Acredita-se que João se utiliza da fantasia como uma ferramenta para desconstrução de um modelo de masculinidade tóxica.



João: “As minhas referências de masculinidades foram todas

tiradas dos contos de fadas, eu sempre quis ser o príncipe. Muito gentil com as mulheres, corajoso, aquele cara que é todo bonzinho, perfeito. Essa sempre foi minha referência."

Pesquisador: "E tu trouxestes isso pra tua vida?"

João: "Algumas coisas, tipo não ser abusivo, ser gentil."

No imaginário popular, a figura do príncipe encantado relaciona-se a um homem cisgênero, branco, bonito, heroico, bravo, nobre, romântico, gentil, cuja existência se condiciona ao salvamento de uma princesa. Ao interpretar a narrativa de João, podemos notar o desejo de perfeição associada ao príncipe encantado, uma recusa aos modelos de masculinidade hegemônica, ao relatar ter pautado a construção de sua masculinidade a partir da gentileza e da sensibilidade.

Para João, a compreensão de ser homem não se resume ao papel social, concerne à forma que é reconhecido socialmente, à aparência física e à sua própria percepção de gênero. Pode-se depreender que o entrevistado dá muita importância ao reconhecimento do outro. Para ele, as funções da masculinidade relacionam-se ao cuidado, ao provimento da família e à proteção.

“ *Eu sempre associei masculinidade à proteção, eu sei que não é isso, mas eu vejo muito por este lado... da proteção, como aquele cara que banca, que cuida da família, que tem responsabilidade, que paga boleto, que faz uma gentileza pra mulher, que ajuda em casa como todo marido de comercial de televisão. (João)*

Acerca do reconhecimento e identificação, João realizou um rompimento com a primeira forma de reconhecimento recebida dos pais (o outro), passando a reivindicar a uma nova forma de reconhecimento parental, a partir da percepção de si mesmo. É válido ressaltar que o rompimento representou um abalo na estrutura afetiva familiar, pois, se por um lado o indivíduo trans não se reconhece dentro dessa estrutura normativa, a família, por muitas vezes, se recusa a reconhecê-lo da maneira que ele deseja.

Assim, o jogo entre o reconhecimento e o não reconhecimento pode gerar nos indivíduos grave sofrimento psíquico e emocional, conforme afirma Ricoeur (2006, p. 203-204):

A ideia normativa proveniente do modelo de reconhecimento colocado sob o signo do amor, e que dá sua medida à decepção própria desse primeiro tipo de humilhação, parece mais completamente identificada pela ideia de aprovação. [...] A humilhação experimentada com a recusa de aprovação atinge cada um no nível pré-jurídico de seu "estar com" outrem. O indivíduo sente-se como que olhado de cima, até mesmo tido como um nada. Privado de aprovação, é como se ele não existisse.

Ao traçar o percurso do reconhecimento de sua masculinidade, João afirmou sentir as primeiras inquietações sobre sua identidade de gênero ainda na infância, quando passou a contestar as imposições de gênero e se reivindicou como menino. Mesmo com as negativas recebidas, mantendo-se sempre em luta, convicto em sua identidade masculina.

João conta que passou a se reivindicar socialmente como homem a partir dos 21 anos, quando conheceu o termo transexual, rompendo com a estrutura do armário, mas evidencia que este rompimento gerou bastante sofrimento e ansiedade, sobretudo, no que diz respeito ao reconhecimento do outro:

“ *Eu passei a me apresentar socialmente como homem e criei muita expectativa sobre a cirurgia; expectativa não, acho que foi mais uma ansiedade... eu ficava pensando se eu ia conseguir fazer as cirurgias. Será que vão me respeitar como homem? Será que vão me tratar pelo meu nome? Eu dividia todas essas ansiedades com um amigo meu que, mesmo sendo cis, me ajudou muito a ter informação sobre a transição, os hormônios e tudo mais. (João)*

Para ele, o reconhecimento mútuo já exerceu uma grande influência no modo com que ele percebe a si mesmo e sua relação com o seu próprio corpo, porém evidencia que atualmente esta forma de reconhecimento, embora importante, não exerce tanto controle sobre sua vida.

“ *Tem dois lados isso aí. A gente acha importante ter reconhecimento do outro porque a gente é um ser social, a gente precisa disso pra se relacionar com o outro. Por outro lado, eu não me importo, só quero que as pessoas mordam a língua por terem me julgado. Mas eu não dou tanta importância, porque entendo que, se eu for precisar desse reconhecimento pra existir, eu não vou conseguir. (João)*

Sobre as expectativas de gênero, João pondera estar bem longe do que a sociedade espera de um homem. No início de sua transição, ele costumava se cobrar muito para performar uma masculinidade aos moldes da masculinidade hegemônica, para que se sentisse mais acolhido entre os homens de sua convivência.

Embora a cobrança social, em torno da masculinidade hegemônica, represente uma grande opressão a que homens trans estão sujeitos, de modo que a sua identidade de gênero seja negada, caso não atinjam às expectativas de gênero, João configura sua resistência:

“ *A minha relação com o mundo mudou porque eu pude ver que eu de fato existia, que eu era de verdade. Até então, eu sentia que eu não existia, eu via as pessoas ao meu redor vivendo, casando, tendo filhos, viajando enquanto eu observava tudo isso de uma janela. Depois da transição, eu passei a atuar na vida, deixei de ser um observador.* (João)

Lucas

O primeiro contato

O entrevistado se reconhece como homem trans há aproximadamente 2 anos, mas prefere não ser identificado desta forma, tanto por temer pela sua segurança e de sua família, quanto por ter cuidado em relação ao mercado de trabalho, reconhecidamente transfóbico.

A aproximação com o entrevistado se deu por meio das redes sociais, onde fiz o primeiro contato via chat e, posteriormente, em uma ligação telefônica. Assim como João, Lucas e eu já nos conhecíamos anteriormente à pesquisa, através de eventos de movimentos sociais.

Apesar de não possuir uma relação tão próxima, senti-me à vontade para convidá-lo a participar da pesquisa. Expliquei detalhadamente a pesquisa, os seus objetivos e como se daria a sua participação. Dado o aceite, marcamos a entrevista que foi realizada anteriormente à pandemia de COVID-19.

Lucas me recebeu em um mercado próximo a sua casa, de onde me conduziu até a sua residência. Vestia-se de modo despojado, usando uma bermuda, um boné e uma camiseta de futebol. Ao longo do caminho em direção a sua casa, ele cumprimentou alguns vizinhos, acenando com a cabeça de maneira discreta, enquanto seguíamos em silêncio.

Ao chegar à residência, fui recepcionado por Marina, sua esposa, e Alice, filha do casal. Lucas pediu que sua esposa nos servisse um café e que se retirasse, pois os “homens iriam conversar”. O comportamento sexista dele me chamou atenção e percebendo o desconforto, tanto meu quanto de Marina, anunciou se tratar de uma brincadeira.

Foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, informei-lhe que a entrevista iria ser gravada, ele consentiu com a gravação, e iniciamos a entrevista.

Relação familiar de origem: com os pais

Lucas, à semelhança de João, também não possuía uma relação afetivo-amorosa com o pai biológico devido à ausência deste. A figura paterna foi atribuída ao avô materno que participou mais ativamente de sua educação e desenvolvimento.

A partir de sua narrativa, foi possível constatar que a ausência paterna do pai não foi um impeditivo para a apreensão emocional do sentido de masculinidade afetiva, pois o avô foi sua referência, o que contribuiu para a configuração no psiquismo de Lucas, desde a infância do seu processo de ajustamento criativo, que pode ser compreendido como o processo pelo qual o indivíduo mantém a sua sobrevivência e seu crescimento diante das adversidades, promovendo o seu próprio desenvolvimento e ao atendimento de suas necessi-

dades físicas e psicossociais (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

O ajustamento criativo não é um processo estático, assim Lucas demonstrou, em sua narrativa, que sentia o abandono afetivo do pai ao usar a metáfora do boto como justificativa. O boto é um animal lendário, presente na cultura amazônica, que durante a noite se transforma em homem para seduzir mulheres, engravidá-las e abandoná-las. Há na metáfora uma crítica elegante e sutil. O boto é o pai misterioso e ausente que se exime da responsabilidade afetiva,

“ *Meu pai sempre foi muito ausente... Aparecia umas duas vezes no ano e depois sumia de novo. Então ele foi só sumindo. Quando vi, ele já nem aparecia mais.*

Nas fotos que a gente tem de família, ele nunca estava. Nos momentos importantes, ele nunca estava e, quando a gente perguntava, a mamãe inventava mil histórias pra justificar a ausência dele. Dizia que ele tava trabalhando, que tinha viajado... Às vezes, ela pegava o telefone, fingia que ele tinha ligado, quando a gente ia falar com ele, a ligação caía ou a gente não podia falar, porque tava fazendo dever de casa... sempre tinha uma coisa ou outra.

Tem uma história bem engraçada da minha infância [risos]. Na escola, a gente começou a aprender sobre a cultura do Pará, as lendas e tal... daí eu ouvi falar da lenda do boto e comecei a achar que eu era filho do boto: vê só, o cara aparece uma vez na vida, outra na morte, faz um monte de filho, some e ninguém sabe onde ele tá... só pode ser o boto [risos].

Lembro que eu ficava procurando o buraco da minha cabeça e na cabeça dos meus irmãos, aí teve um dia que a gente foi no Crispim, e eu saí andando na praia pra procurar o boto, minha mãe ficou doida atrás de mim. (Lucas)

O participante revela que transferiu afetivamente a função paterna ao seu avô, que assumiu os cuidados dele e de seus irmãos na ausência de seu pai, mas reconhece que ele não representou o modelo desejado de masculinidade e de paternidade saudável, já que aquele, quando “aparecia”, se apresentava de modo grosseiro e machista.

“ *Em relação a meus sentimentos, acho que, se pudesse definir essa relação, seria baseada na mágoa que eu sinto dele, no sentimento de abandono. A única lembrança que eu tenho é da ausência dele, ausência no aniversário, no natal, dele nunca participar das festas do dia dos pais... lembro do bullying que eu sofria por não ter pai, por ter só um sobrenome, até hoje tem gente que fica perguntando isso: tu tem só um sobrenome? Tu não tem pai? Eu não tenho esse negócio de: Ah! Meu pai pipipi popopó... eu digo que meu pai é meu avô, pai é quem cria... quem sustenta. (Lucas)*

Lucas revelou, durante a entrevista, que o seu pai biológico e seu avô não representaram modelos de paternidade que ele deseja reproduzir com sua filha. Ao questioná-lo sobre qual seria este modelo de paternidade, respondeu que enquanto pai busca ser presente na educação e no cotidiano de sua filha, procurando demonstrar sua afetividade sempre que possível.



Lucas: Não era um modelo muito saudável de pai, ele bebia muito, era safado que só, era grosso demais, aquela coisa de machão, sabe? Mas foi um bom pai pra gente, do jeito dele. Mas não é o modelo de paternidade que eu quero pra mim, não é o tipo de pai que eu quero ser pra minha filha.

Pesquisador: E que tipo de pai você deseja ser pra sua filha?

Lucas: [...] eu procuro sempre ser um pai presente, participar da vida dela de todas as formas possíveis, procuro ser afetuoso... eu nunca ouvi meu avô dizer que me ama, e isso me dói. Hoje ele nem lembra mais de mim, ele tem Alzheimer e já esqueceu de todo mundo... Ele pergunta de mim, mas como Roberta, porque é essa a lembrança que ficou nele. Então eu procuro ser esse pai mais carinhoso, que diz que ama, que se preocupa, que cuida, que brinca, que tá sempre ali. Eu tenho necessidade de falar o que eu sinto por ela antes que eu não possa mais dizer, entende?

A narrativa do participante revelou os possíveis danos emocionais causados, tanto pela ausência do pai, quanto pela indisponibilidade afetiva de seu avô. Dessa forma, podemos concluir que os modelos de masculinidade hegemonicamente construídos podem ser potencialmente causadores de danos emocionais devido ao distanciamento afetivo preconizado por este modelo.

O entrevistado revelou ter uma grande admiração por sua mãe, por reconhecer as dificuldades que ela enfrentou. É possível perceber que o sentimento de mágoa pelo abandono paterno é implicitamente demonstrado quan-

do o participante exalta a força da mãe ao criar os filhos sozinha.

Nota-se que a relação entre Lucas e sua mãe foi composta em dois momentos distintos: o primeiro circunscrito anteriormente à transição de gênero, em que a relação estabelecida era considerada saudável e íntima; o segundo momento, após a transição de gênero, marcado pelo afastamento afetivo da mãe. O participante reconhece que a transição de gênero representa uma cisão no relacionamento que mantinha com a mãe.

“ *Minha mãe, ela é a pessoa que eu mais admiro na vida. Uma mulher forte, guerreira, que se sacrificou de tudo pra criar os filhos praticamente sozinha. Ela sempre foi tudo pra mim, ela foi pai e mãe, nunca deixou faltar nada, nem no sentido material e nem no sentido emocional... é a minha base e a minha referência pra tudo. Mas com toda essa coisa da transição, ela se afastou. Ela tem dificuldades de me aceitar como eu sou. Eu entendo, mas queria que isso fosse superado.*

Tipo, pra ela foi um choque de saber que eu gostava de meninas... No fundo, ela sempre soube, mas meio que “se fingia de lesa”. Mas uma coisa é uma filha gostar de mulher, outra coisa é a sua filha “virar homem”. Eu não sei o que se passa na cabeça dela. (Lucas)

Relação familiar de origem: com os irmãos

Ao falar de seus irmãos, o participante revelou que, na infância, o relacionamento entre eles era bastante conturbado devido à violência verbal

a que estava sujeito. Esta narrativa revela que a transfobia não se direciona somente à pessoa trans, e sim a todas as pessoas emocional ou parentalmente envolvidas com elas. Este tipo de violência tem o objetivo de minar todas as relações da pessoa trans com o mundo, mantendo-a isolada. Atualmente, a relação entre o participante e os irmãos é considerada boa, mas apresenta uma considerável fragilidade, provavelmente relacionada a toda a violência transfóbica a que ambos estiveram expostos desde a infância. A relação com o irmão mais novo, no entanto, é considerada desgastada devido ao comportamento machista dele.

“ Na infância, a gente brigava muito porque eles não sabiam lidar com o bullying que eu sofria, com o que ele também sofria por ser irmão de “maria macho, macho fêmea, joãozinha” e todos os outros apelidinhos que tu podes imaginar. Me dou bem com eles, mas não somos muito próximos, não tem aquela coisa de irmão... Com a Mariana é mais de boa, mas o Rafael é mais difícil. Mesmo ele sendo mais novo, ele age como se fosse um velho, tem aquela cabeça antiga... coisa de machão, sabe? Os homens da minha família são estranhos. (Lucas)

Na questão anterior, Lucas afirma que os homens de sua família são estranhos, levando-me a questionar a característica dessa estranheza. Lucas responde que os homens de sua família performam um modelo de masculinidade tóxica, segundo ele, sendo extremamente machistas, grosseiros e emocionalmente distantes e, em alguns aspectos, violentos. O entrevistado revela não se identificar com este modelo de masculinidade, mas reconhece

que, em alguns aspectos, a socialização recebida o conduz a comportamentos similares aos deles.

“ [Eles são] Estranhos do tipo ogro, uns caboclo bruto, grosseiro, que não demonstram sentimento, acha bonito ser escroto. Aquele negócio de homem não chora... meu avô era assim, meus tios são assim, e todos os outros só vieram repetindo esse comportamento até hoje. Às vezes, até eu me pego repetindo essas coisas... mas procuro evitar. As minhas tias são mais de boa, elas me aceitam do jeito delas. Os homens, não. Eles nunca vão me ver de igual pra igual.
(Lucas)

Chama a atenção, na narrativa do entrevistado, o trecho: “eles nunca vão me ver de igual pra igual”, revelando um desejo por reconhecimento em relação aos homens.

“ Nunca pensei nisso, mas acho que é importante. Não só com os homens da família, mas com os homens em geral, eu gostaria muito de ser visto da mesma forma. Eu me sentiria aceito, me sentiria normal... Não normal, no sentido de ter alguma doença ou alguma coisa assim, mas no sentido de ser só mais um cara como um outro qualquer. (Lucas)

Com base neste trecho, podemos reconhecer que para Lucas, neste contexto, obter este reconhecimento representa uma atestação a sua identidade de gênero, ser reconhecido como um deles e, portanto, ser reconhecido

como um homem.

Autorreconhecimento: identidade e corporeidade

Lucas se descreve como um homem:

“ [...] calmo, observador, cauteloso, inseguro, procuro não me envolver em conflitos. Já me bastam os conflitos internos. (Lucas)

As características utilizadas, nesta descrição, revelam uma posição de passividade que diverge do comportamento agressivo e competitivo com qual o entrevistado teve contato durante a sua socialização familiar, evidenciando um movimento de resistência ao modelo de masculinidade hegemônico.

Em seu discurso, o entrevistado menciona o sentimento de insegurança, a presença de conflitos internos descritos nas dificuldades em se socializar, tendência ao isolamento e problemas relacionados à depressão, atribuindo estas dificuldades ao modo como o outro o vê. Dessa forma, nota-se que o não reconhecimento pelo outro favoreceu consequências negativas na sua autoestima, em sua vida social, no convívio familiar e no trabalho.

“ Ah, sei lá... Em relação à insegurança, eu tenho problemas pra estar com outras pessoas. Tenho tendência de me isolar, tenho alguns problemas relacionados à depressão, acho que me preocupo muito com o que os outros pensam de mim... essas coisas. Isso interfere em tudo na minha vida. No meu trabalho, às vezes, eu sou mal avaliado (no aplicativo de

transporte) por ser quieto demais, tem gente que me acha mal-educado, brabo, mas é meu jeito. (Lucas)

A narrativa do participante revela o impacto da violência psicológica que sua família exerceu durante a sua adolescência, devido a sua expressão de gênero e sexualidade, fazendo com que Lucas, em vários momentos, duvidasse da legitimidade de seus sentimentos e de sua própria sanidade. A narrativa do participante também mostra a tentativa de utilização da psicologia como instrumento de repressão quando Lucas denuncia que a família buscou psicólogos para tentar reverter a sua sexualidade e suprimir a sua identidade masculina. Esta intenção é evidenciada no trecho:

“ *Na minha cabeça, isso era muito confuso. Quando eu era adolescente, me levavam muito numa psicóloga, e eu realmente achava que nada em mim era normal: que não era normal gostar de mulher, que não era normal eu ter esse jeito masculino... Agora eu entendo que a minha família tentou fazer tipo uma cura gay comigo. (Lucas)*

Lucas afirma não possuir, em sua família ou em seu convívio, um modelo de masculinidade em que pudesse se reconhecer positivamente, mas é possível perceber que os modelos de masculinidade que o participante conheceu foram fundamentalmente importantes para a construção de sua própria masculinidade, uma vez que reconhece as posturas adotadas por eles como atitudes tóxicas e opressoras, que ele não deseja reproduzir.

“ *Eu não sei, nunca pensei nisso... Acho que eu me inspirei ao*

contrário, tipo assim: eu via coisas que os homens faziam e eu achava errado, então eu procuro não fazer.

Eu convivi a minha vida inteira com homens grosseiros, agressivos, machistas. A minha família é toda assim, cheia de machão, não sabem fritar um ovo, não lavam uma cueca, porque acham que a mulher tem que fazer esse tipo de coisa. Davi, os cara preferem morrer de câncer de próstata porque são muito macho pra fazer exame, os caras morrem, mas não vão pro hospital porque acham frescura. É sério! O meu tio morreu do coração com 45 anos porque não quis ir pro hospital, ficou dizendo que hospital era frescura até cair duro no chão.

Eu sempre recusei esse tipo de comportamento e não me vejo seguindo esse modelo. (Lucas)

O significado atribuído por ele a sua experiência transmasculina é expresso pelo sentimento de liberdade de ser ele mesmo, de se expressar e de viver.



Ser homem significa ser eu mesmo... significa, no meu caso, liberdade. A vida de uma mulher é bem diferente, as cobranças, a violência, não que a vida de um homem trans seja uma maravilha... mas tem coisas que eram comuns antes, e hoje eu já não passo mais.

Ser homem me trouxe liberdade, liberdade de ser quem eu sou, de me gostar, de fazer o que eu quiser, de estar onde eu quiser. (Lucas)

Sobre o processo de reconhecimento da sua transmasculinidade, o participante revela ter começado a compreender a questão das identidades trans em um momento recente mesmo que, desde a infância, se reconhecesse como um homem. Lucas conta que na adolescência adotou uma identidade lésbica de expressão masculinizada e que a adoção desta identidade lhe trouxe um sentimento de conforto e permitiu que ele pudesse vivenciar a sua sexualidade com mais liberdade.

Lucas afirma que, assim como João, entrou em contato com a temática trans através de interações em fóruns de discussão na internet que lhe permitiram contatar outras pessoas trans, porém avalia que essa experiência não foi suficiente para que ele pudesse se reconhecer enquanto homem trans. Após esta primeira experiência, o entrevistado revela ter vivenciado, de fato, sua epifania de gênero ao entrar em contato com um homem trans em um evento acadêmico no qual estava sendo abordadas as transmasculinidades. O participante revela ter se reconhecido no discurso do palestrante e nas experiências relatadas por ele, conforme podemos perceber no trecho:

“ [...] tudo mudou quando eu vi um homem trans ao vivo pela primeira vez, que inclusive foi você [risos] numa palestra lá na Unama. Não sei se tu vai lembrar, foi lá na faculdade de serviço social, a turma da minha mulher tava na organização. Pois é, ela me convidou pra ir lá com ela e, cara, aquilo ali fez a minha cabeça explodir... em alguns momentos, tu olhava na minha direção e parece que tu tava falando de mim, falando da minha vida, de como eu me sentia, e aí tudo fez sentido, eu fiquei cheio de dúvidas, saí de lá muito confuso... aquela grande ficha tinha finalmente caído. (Lucas)

Este momento desencadeou uma série de sentimentos até então reprimidos, promovendo o descentramento de si mesmo, considerando que a estrutura que ancorava este sujeito ao mundo social foi fortemente abalada. É interessante perceber que a perda do sentido do si mesmo enquanto sujeito do gênero feminino, um novo sentido existencial toma o seu lugar, agora como sujeito transmasculino.

Lucas reconhece a masculinidade como um sistema de dominação masculina e subalternização do feminino. Outro significado atribuído pelo participante à masculinidade refere-se à imposição de comportamentos aos homens para que estes tenham suas identidades validadas. A narrativa de Lucas torna evidente a sua percepção a respeito da subalternização que homens trans sofrem diante de homens cisgêneros e reconhece que, mesmo sendo oprimidos, alguns homens trans reproduzem comportamentos violentos e machistas, buscando ter sua masculinidade reconhecida por homens cisgêneros.

“ Os (homens) trans já ocupam uma outra posição, de inferioridade em relação aos outros dois, são considerados fracos e são tratados como menos machos... Claro que, no nosso meio, tem aqueles(homens) trans que tentam seguir esse modelo de opressão, agindo que nem homem cis mesmo... Tem muito cara que é bem babacão mesmo, que acha que, se o cara não for machão, ele não é homem trans de verdade ou, se ele ficar com uma travesti, ele vai ser viado e tal. Tem cara que eu conheço que só anda com homem cis, que trata mulher que nem lixo, fica falando as intimidades das mulheres pros amigos, mal sabendo que é só ele virar as costas

pros caras começarem a falar mal dele, chamar de sapatão e o caramba. (Lucas)

Ao interpretar a relação que o participante estabelece com o próprio corpo, recorremos ao dualismo cartesiano, que compreende o corpo e a alma como duas dimensões distintas. Na narrativa de Lucas, é possível distinguir com clareza o aspecto dual que o participante enquadra a compreensão do eu (si), na qual o corpo é descrito como um ente completamente dissociado do espírito. Nesta relação, é possível perceber um conflito, no qual o corpo que o sujeito possui e que se insere no mundo, não é capaz de expressar a sua subjetividade (espírito), provocando no sujeito um considerável sofrimento psíquico:

“ Assim, antes eu sentia como se eu tivesse possuindo um corpo que não era meu, possuindo no sentido de possessão mesmo, como se eu fosse um espírito preso num corpo de outra pessoa... Égua! Tira isso que acho que pega mal falar de espírito, pessoal vai já chamar a gente de demônio [risos].

Deixa eu reformular, eu sinto que nasci num corpo que não era meu. Como se o meu espírito não coubesse nesse corpo, como se o meu corpo fosse uma armadura que me impedisse de me mover, eu sabia que tava ali dentro, eu tinha consciência de quem eu era por dentro, mas eu não tinha domínio sobre ela. (LUCAS)

Nesse caso, podemos compreender que a relação com o corpo perpas-

sa por uma questão de reconhecimento. O corpo pré-transição representa, portanto, o corpo não reconhecido, descrito como o recipiente no qual está contida a essência do sujeito e não como parte integrante deste. O corpo pós-transição, que nesta perspectiva representa o corpo reconhecido, é descrito como o corpo pelo qual o sujeito passa a vivenciar o mundo, tornando-se o corpo vivido:

“ Agora eu sinto que eu tô no corpo certo, que aquele ali no espelho sou eu de verdade, cada pelinho novo que sai no meu rosto, no meu peito é uma felicidade muito grande. (Lucas)

Percepções do corpo em transição

“ Eu comecei com os hormônios, tem uns 6 meses, e eu sempre malhei muito pra dar uma transformada no corpo... Graças a Deus, eu não tenho muito peito! E a academia já deu uma boa aliviada, mas mesmo assim eu quero guardar dinheiro pra operar. Eu também passei um produto pra crescer barba, eu sinto que a barba fez uma grande diferença na minha autoestima... não é uma baaarba [dito com ênfase], mas é o que tem pra hoje. (Lucas)

Em relação às modificações corporais, Lucas relata que deu início à terapia hormonal há seis meses e que, aliado aos hormônios, vem modificando o corpo através de exercícios de musculação. Rego (2014) aponta que a hipertrofia muscular é como uma tecnologia de gênero utilizada por homens trans

para alcançar um ideal de masculinidade.

A musculação pode ser vista então como uma cirurgia simbólica, ela tem uma eficácia discursiva que é produzida pelo manejo do corpo. O próprio empurrar e puxar evoca o masculino como caractere de onde a força provém. (REGO, 2014, p.08)

Lucas afirma estar sentindo-se satisfeito com as mudanças corpóreas observadas a partir do início da sua hormonização, que produziram resultados satisfatórios, destacando o crescimento da barba. Assevera que tais modificações acarretaram efeitos positivos nos sentimentos de estima por si mesmo. Através do discurso do participante, é possível constatar que o sentimento de bem-estar se relaciona não somente com a forma como ele percebe o seu corpo, que agora ganha caracteres masculinos, mas também a forma com que o outro o percebe e o reconhece como sujeito masculino.

Ao falar sobre a relação entre seu corpo e sua sexualidade, o entrevistado afirma que a transição hormonal permitiu que ele pudesse vivenciar a sua sexualidade com maior liberdade, mas também revela que não se sente à vontade para falar a respeito de sua sexualidade. A negativa em tratar do assunto nos permite perceber que, mesmo que o entrevistado possua uma maior liberdade de vivenciar a sua sexualidade, para ele este assunto ainda é um tabu.

“ Acho que, agora com as mudanças do meu corpo, eu me sinto melhor, hoje eu consigo permitir que a minha esposa me toque. Já consigo ficar sem roupa na frente dela, sem neurose. Eu não me sinto muito à vontade pra falar muito abertamente disso, até porque envolve a intimidade de uma

outra pessoa, desculpa. (Lucas)

O destino da transição: reflexões sobre as cirurgias

Lucas afirma que ainda não realizou nenhuma intervenção cirúrgica relacionada ao processo transexualizador, mas revela o desejo de realizar as cirurgias de mamoplastia masculinizadora e de masculinização da genitália. Em sua narrativa, o participante refere-se ao seu clitóris como “amiguinho”, pode demonstrar um considerável desconforto ao se referir a sua anatomia a partir de um signo associado ao feminino.

“ *Ainda quero operar o ‘amiguinho’, mas não tenho nem ideia de onde faz essa cirurgia e nem de quanto deve custar uma coisa dessas. (Lucas)*

Apesar do desejo de realizar as cirurgias de adequação sexual, isso não pode ser interpretado como uma tentativa de adequação à norma, mas como o desejo de ter seu corpo reconhecido de acordo com o seu gênero e, consequentemente, como uma forma de sentir-se bem consigo mesmo.

Reflexões sobre as vivências

A infância de Lucas foi descrita como solitária, com a presença de poucos amigos e vivência de inúmeras violências raciais e de gênero, suscitando no entrevistado um sentimento de inadequação e de exclusão social, além de um grande sofrimento psíquico. A extensão destes danos pode ser observada no movimento de culpabilização de si mesmo, no qual Lucas justificou as violências padecidas:

“ *Eu era um alvo fácil [...] sofria bullying por tudo: não tinha pai, era muito masculino, negro, tinha o cabelo bem crespo, era bem feinho. (Lucas)*

A narrativa nos permite perceber que o entrevistado, de certa forma, isenta seus agressores ao naturalizar as opressões sofridas, rejeitando a condição de vítima e assumindo a culpa por ser, segundo ele, um “alvo fácil” devido às suas características físicas ou sociais.

O entrevistado revela que percebeu que não se identificava com os papéis de gênero que lhe eram atribuídos, reconhecendo a família e a escola como as principais instituições encarregadas em fixar estas diferenças. Afirma que se reconheceu como menino pela primeira vez na infância, mas a socialização que recebeu não permitiu que ele pudesse vivenciar livremente esta experiência.

“ *Acho que na infância, logo eu descobri que não podia fazer coisas por ser “menina” [fazendo aspas com as mãos]... não podia jogar bola, não podia andar sem camisa, não podia subir em árvore, não pode isso e nem aquilo. Como eu te disse, não deixavam nem eu brincar com menino. Acho que, na escola, isso fica bem mais claro, né? Isso é colocado de uma forma muito violenta: “você é menina e tem que ser assim e assim, tem que gostar disso e disso, tem que fazer isso e aquilo, tem que usar tal roupa...” Isso me feria muito. Eu sempre me vi como menino, igual aos outros meninos, exceto por ter uma genital feminina. Eu sempre gostei de meninas também. Quando eu era criança, tinha a Bruna, que*

era como se fosse a minha namoradinha de infância, coisa de criança, não tinha nada demais... Mas eu só me sentia à vontade quando tava com ela, por ela ser a única pessoa no mundo que me entendia e não me julgava. (Lucas)

Embora Lucas tenha relatado a intensa severidade de sua criação, ele frisa que, em alguns momentos, longe da supervisão familiar, pôde expressar sua identidade de gênero em poucas situações. Na narrativa do participante, destaca-se a importância da relação de Lucas e Bruna, com quem ele vivenciou a primeira experiência de reconhecimento. É possível perceber que a amizade construída entre eles teve uma influência extremamente positiva para o fortalecimento dos sentimentos de autoestima.

“ *Eu tinha o sonho de ir embora pra um lugar que ninguém me conhecesse e lá eu poderia fingir que era um menino de verdade, arrumar uns documentos falsos, ter uma vida, ter uma família, ser feliz. (Lucas)*

Ao se analisar a narrativa de Lucas sobre as experiências de sua infância, podemos perceber que a imaginação era constantemente utilizada como instrumento de fuga de uma realidade dura. Pimentel e Castro (ano) enfatizam que a criatividade representa uma estratégia de enfrentamento existencial que possibilita a autocompreensão e o desvelamento dos jogos de poder presentes na cultura. Nesse sentido, podemos notar que, para Lucas, a brincadeira representava além da possibilidade de expressar sua identidade de gênero, uma alternativa de escape das opressões de gênero vivenciadas.

No fragmento em destaque, chama atenção a utilização dos termos

“fingir” e “de verdade” que denotam a crença na ilegitimidade de seus sentimentos em relação à sua identidade de gênero. Este movimento de autodeslegitimação expressa o caráter violento da socialização recebida por pessoas trans, a partir do momento que são ensinadas a assimilar a indissociabilidade do sexo e do gênero, de forma que qualquer percepção que fuja a esta norma não possui validade. Por conseguinte, esta assimilação se expressa quando o participante afirma ter desenvolvido um sofrimento psíquico relacionado à percepção do próprio corpo, enquanto expressão generificada do feminino, ao narrar que durante a infância desejava ter um pênis para que pudesse se sentir completo.

“ Acho que na infância mesmo, eu não me identificava com nada do que diziam que era de menina, não só em relação ao papel social, mas em relação a mim e o jeito que eu me enxergava... eu me via menino e queria ter um pênis, lembro que eu tentava fazer xixi em pé. Eu me sentia deslocado, como se não pertencesse a lugar nenhum... não era menino e nem menina, me sentia uma coisa, me sentia incompleto, ficava muito triste porque eu achava que nada poderia mudar a minha condição. (Lucas)

A partir deste trecho, percebemos que na infância, o entrevistado atribuía ao pênis um significado de masculinidade, sendo utilizado como um símbolo de validação da masculinidade. Em seu entendimento, a posse de um pênis garantiria que ele fosse reconhecido como um menino e permitiria que ele pudesse acessar os espaços aos quais era proibido. Dessa forma, podemos entender que a chamada disforia de gênero pode ser compreendida como

um fenômeno que não parte da pessoa trans, mas que se manifesta a partir das pressões sociais sobre o corpo internalizadas durante o processo de socialização.

A narrativa do participante apresenta a religião como um importante elemento de normatização de gênero, seja a partir da ideologia criacionista ou pelo sentimento de culpa gerado com o não cumprimento das normas de gênero. A influência cristã no sentimento de culpa é percebida quando o participante relata:

“ [...] eu queria ser um menino de verdade, eu pedia pra Deus pra acordar no corpo certo, pedia pra nascer de novo, pedia pra Deus me transformar. (Lucas)

Ao clamar a Deus para nascer de novo, acordar no “corpo certo” ou ser transformado em um “menino de verdade”, o participante revela que durante a infância acreditava que a sua identidade de gênero era inadequada, pecaminosa e que somente Deus poderia reparar o erro cometido pela natureza. É interessante perceber que, em momento algum, o participante atribui a Deus o fato de “ter nascido em um corpo errado”, mas assume a culpa por sentir-se inadequado ao corpo que Deus lhe deu.

Durante a sua adolescência, Lucas afirma que tentou se adequar aos padrões de gênero, passando a tentar imitar ao comportamento e vestuário das garotas de sua escola, mas não considera ter sido bem-sucedido nesta experiência, pois continuou a ser discriminado. É possível interpretar esse período da adolescência como um período de negação da própria identidade, no qual o entrevistado intencionalmente passa a reproduzir os padrões do gênero feminino para se adequar à cisnorma, para se integrar aos demais

adolescentes em uma tentativa de escapar de uma série de violências verbais e psicológicas sofridas no meio escolar.

“ *Adolescência foi meio cagada, eu mudei de escola e tentei ser diferente... procurei me adequar pra sofrer menos bullying o possível. Meu corpo já tinha mudado, meu peito cresceu e pra mim, essas mudanças eram o fim, então eu busquei me adequar. Tentei ser como as meninas, mudei meu jeito, minhas roupas, me forcei a ser mais feminino e era ridículo, forçado, parecia um viadinho [risos]. Mas nada disso deu certo, eu continuei a não ter nenhum amigo, a ser a esquitona, a sapatão, Maria macho. Então eu comecei a andar com os nerds, estudava muito e decidi que não teria tempo pra nada disso, eu preferia ler um livro, estudar, aprender um idioma. Na adolescência, eu achava que as pessoas eram burras demais pra conversar comigo, eu me achava muito inteligente pro resto das pessoas da minha idade ou pode ser que eu quisesse acreditar nisso, como um jeito de me proteger. (Lucas)*

Assim como João, Lucas também revela ter tido uma adolescência solitária marcada pela discriminação e exclusão social, de forma que ambos os entrevistados desenvolveram dificuldades em socializar, levando-os ao isolamento. É interessante salientar que, embora os dois entrevistados tenham relatado que a decisão de se isolar socialmente tenha se dado de forma voluntária, esta ação, bem como os próprios sentimentos de inadequação, foi motivada pela discriminação sofrida em virtude da expressão de gênero deles; no caso

de Lucas, deve-se analisar também os efeitos da discriminação racial.

A entrada na faculdade, no fim da adolescência, representou um marco em sua vida. Ao entrar em contato com o amplo universo de pessoas, Lucas passou a se sentir livre para expressar sua afetividade e sua expressão de gênero. A partir da narrativa do autor, é possível perceber que, em um meio social favorável, longe das pressões exercidas pela família e da violência sofrida na escola, o entrevistado retoma os sentimentos de autoconfiança e de estima por si mesmo, sentindo-se à vontade para expressar sua subjetividade, passando a performar uma identidade lésbica.

Através da narrativa dos entrevistados, constata-se que é bastante comum que, em um momento anterior à transição, alguns homens trans sintam-se à vontade em se definir a partir de identidades lésbicas, tal fato explica-se tanto pelo desconhecimento das transmasculinidades como pelo medo da exclusão social, ou por considerar que este enquadramento possa ser emocionalmente mais confortável.



Eu entrei na faculdade com 17 pra 18 anos, final da adolescência. Quando eu cheguei lá na faculdade, eu vi novas possibilidades, via as meninas mais livres, mais independentes... daí eu me assumi como lésbica, daquelas bem machudas. Me senti livre pra cortar o cabelo como eu queria, usar a roupa que eu queria, me comportar do jeito que eu queria, porque, com a criação que eu tive, isso era quase que proibido... Minha família é bem tradicional, machista, evangélica, falsos moralistas.

Nesse momento, a minha família me colocou em tudo que é psicólogo, pastor, o diabo a quatro, pra me curar. (Lucas)

Identidade psicológica atual

“ Na minha identidade, internamente eu me identifico como homem trans. Mas eu não fico falando pra todo mundo que sou trans. Eu tenho medo de como as pessoas podem reagir, de sofrer alguma violência. Pra todo mundo eu sou o Lucas, professor de história, motorista, pai da Alice, marido da Marina. (Lucas)

Quando descreve a sua subjetividade, o entrevistado utilizou a expressão “internamente eu me identifico como homem trans”. A utilização do termo “internamente” revela que, para ele, a sua identidade de gênero diz respeito ao reconhecimento de si mesmo, ao modo como ele se vê em sua essência: um homem trans. Ao mesmo tempo, a escolha desta palavra sinaliza que o entrevistado compreende a sua identidade de gênero como uma experiência íntima e que não diz respeito ao outro.

Em sua narrativa, Lucas demonstra o desejo de ser reconhecido como homem, independentemente de sua transgeneridade, sinalizando que sua subjetividade não se resume a uma identidade de gênero, mas é construída a partir de múltiplos aspectos de sua vivência (pessoal, profissional e afetiva) ao se definir como: professor, marido, pai e motorista.

Ao longo da entrevista, Lucas relata o sentimento de medo e insegurança que desenvolveu após a sua transição de gênero, pois o medo em relação a uma possível violência física que possa o atingir quanto de uma deslegitimação de gênero coloca-o em um estado de tensão e constante vigilância em relação aos padrões de masculinidade performada.

Sobre as consequências das expectativas de gênero, o participante reve-

la ter sentido a necessidade de reproduzir um comportamento opressivo para que pudesse ser reconhecido como homem, sobretudo, por outros homens. A narrativa de Lucas revela também a importância do reconhecimento mútuo, tendo conseguido este reconhecimento por meio da expressão de seu corpo hormonizado.

A sociedade tem um padrão muito alto em relação ao homem. Eu me sinto muito cobrado a ser um cara agressivo, um cara grosso mesmo. Muita gente acha que eu sou gay, e eu já cheguei a sofrer homofobia por ser considerado meio viadinho, até mesmo por outros homens trans.

“ No começo, quando eu não tomava hormônio ainda, isso me machucava muito... porque pra eu ser aceito, eu tive que dar uma engrossada, precisei repetir comportamentos que eu abominava, precisei me fazer grosseiro, me fazer bruto pra ser considerado um homem. Hoje eu não ligo, se querem achar que eu sou gay, to nem aí. (Lucas)

Embora Lucas possua consciência em relação às imposições de gênero, a narrativa do participante ainda se mostra marcada pela cisnormatividade quando ele atribui uma maior legitimidade à masculinidade cisgênera em detrimento da masculinidade trans.

É possível perceber a internalização do discurso cisnormativo quando o participante demonstra temer a possibilidade de sua filha descobrir que ele não é seu pai biológico, utilizando-se do termo “pai de verdade”. A escolha do termo de “verdade” indica a crença de que exista uma masculinidade verdadeira, uma paternidade verdadeira, que é notadamente cisgênera e demonstra as consequências que a cisnormatividade produz na autoestima de

peessoas trans, relegando-os a um lugar de não legitimidade de gênero. A internalização deste discurso é reflexo das diversas violências psicológicas sofridas ao longo da vivência da transmasculinidade.

“ *Aaaah, ela ainda é um bebê, agora que ela tá com 3 anos... Ela não tem nem idade de entender nada. Ela tá acompanhando tudo aos poucos. Quando eu comecei a me identificar como homem, ela tinha um ano, tava aprendendo a falar ainda. Ela sempre soube que eu era o papai, aprendeu a me chamar de papai, me ver como papai, assim que saiu os documentos novos eu corri pra registrar ela, porque tava só no nome da Marina. Mas me preocupo com o dia que ela souber que o pai dela não é o pai dela de verdade, que eu sou trans. Tenho medo da maldade das pessoas em relação a isso, por isso que eu quero pegar elas duas e ir embora daqui e começar uma vida nova longe de toda essa gente ruim. (Lucas)*

O participante revela que a experiência da transgeneridade não produziu nele nenhum tipo de transtorno de ordem social, como afirmam os manuais diagnósticos, mas reconhece que o principal causador de sofrimento psíquico na pessoa trans decorre da transfobia e da violência a que pessoas trans estão submetidas.

“ *Não sei, porque eu já tinha antes... mas acho que sim, tem alguns meninos que eu conheço que desenvolveram alguns transtornos por ter sofrido algum tipo de violência física ou*

sexual. Mas ser um homem trans não cria isso, o que cria estes transtornos todos é a sociedade, a transfobia. Se o mundo fosse um lugar mais tolerante, a gente não vivia com medo, não tinha depressão. (Lucas)

O entrevistado revela ter perdido o emprego no momento em que assumiu a sua transgeneridade, fazendo com que ele entrasse em contato com um tipo de opressão nunca imaginada, a transfobia institucional. A perda do emprego provocou uma desestabilização na vida do participante tanto de sua vida financeira quanto em seu sentimento de autoestima.

Alé

O primeiro contato

Assim como os demais participantes, já o conhecia anteriormente por sua atuação em movimentos sociais e interações em redes sociais. A aproximação com o entrevistado se deu a partir de contato pelas redes sociais, via chat e logo após por aplicativo de chamada de vídeo. Conversamos inicialmente sobre a pesquisa que estava desenvolvendo e reconhecendo a importância do estudo, ele concordou em colaborar com a pesquisa.

A entrevista foi realizada no mês de abril de 2020, em meio à pandemia de Covid-19 e das medidas de distanciamento social, por isso foi realizada por meio de chamada de vídeo. Foi possível notar no entrevistado uma grande preocupação com a proporção da epidemia e com sua letalidade, ele afirmou estar cumprindo rigorosamente os protocolos de prevenção e mantendo o isolamento total com o mundo exterior, demonstrando uma grande preocupação com a saúde e bem-estar de sua mãe e de outros amigos, o que o estaria

levando a um estado de sofrimento psíquico.

Durante a conversa preliminar, foi possível perceber que as atenções de Alê foram divididas entre o pesquisador e seu aplicativo de mensagens. Enquanto conversávamos, ele se desculpou dizendo que estava em contato com um grupo de apoio para recolher alimentos para ajudar travestis e mulheres trans que estavam em dificuldades financeiras devido à interrupção de suas atividades durante a pandemia. Após a resolução deste problema, a entrevista seguiu seu curso. Foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e dado o consentimento verbal para a realização da entrevista. Ficou acordado que uma cópia do termo seria enviada por e-mail e, após assinada, seria digitalizada e reenviada ao pesquisador.

Relação familiar de origem: com os pais

Ao analisarmos as relações familiares do entrevistado, ele mostra bastante ser crítico e até mesmo ressentido em relação ao pai, tendo dissolvido qualquer relação afetiva devido ao comportamento machista e violento em relação a ele mesmo e a sua mãe. Mesmo reconhecendo este comportamento como o padrão da época, o entrevistado sempre se mostrou crítico a este padrão, de modo que este modelo reverbera de modo negativo, para a construção de sua masculinidade, sempre pautada na desconstrução deste modelo.

“ *A relação com meu pai não era boa, ele era péssimo. Muito violento, mau-caráter, machista... tanto que eu não quero ser reconhecido pelo sobrenome dele, eu só uso o sobrenome da minha mãe. Ele me batia muito, muito dessa violência vinha da minha expressão de gênero que sempre foi muito*

masculina, eu digo isso porque não havia um motivo pra essa violência, ele queria mesmo é me bater. (Alê)

Uma questão que chama bastante atenção é o desejo de não reconhecimento da paternidade, ao recusar simbolicamente o uso do sobrenome de seu pai, o Alê rompe definitivamente os laços que o ligam à figura de seu pai e ao modelo de masculinidade que este representa.

“ *Atualmente prefiro ser identificado como Alê Santos, apenas, que é o sobrenome de minha mãe, por questões familiares, de valores e tudo mais. (Alê)*

O entrevistado demonstra profunda admiração e afeto por sua mãe, retratando-a como um exemplo de superação e resistência ao patriarcalismo. Ao narrar a história de vida de sua mãe, o entrevistado relata vários exemplos da violência de gênero a qual ela foi submetida desde muito jovem. O contato que o entrevistado teve com a violência é um importante elemento na constituição de sua identidade transmasculina, que se distancia de um modelo hegemônico e patriarcalista e se aproxima do que é socialmente compreendido como características inerentemente femininas.

“ *A minha mãe é outra história, minha mãe é fantástica, um exemplo, a minha inspiração. Ela vem de uma história muito difícil, de uma família muito sofrida. O pai dela criou ela sozinho desde 1 aninho, quando a mãe dela morreu, e ela já tinha outras irmãs, moravam num sítio lá em Pernambuco. A história dela é de superação. Ela saiu de Pernambuco*

com uns 12 anos “emprestada pelo pai” pra fazer serviços domésticos na casa de um médico e, em troca ,ela recebeu a promessa de receber educação, o que não aconteceu, foi tudo bem difícil... O cara tentou matar ela em várias situações. A história da minha mãe é muito forte. Por isso eu tenho ela como exemplo de superação, de hombridade, de solidariedade. (Alê)

Relação familiar de origem: com os irmãos

A narrativa de Alê demonstra que a relação com os irmãos é bastante conflituosa. Revela tê-los conhecido próximo ao falecimento do pai e, desde então, a relação foi desgastada devido a conflitos envolvendo a herança. Alê afirma que, independentemente deste conflito, não se dá bem com os irmãos, por causa do comportamento machista e violento deles. Nota-se que a falta de aproximação com os demais filhos de seu pai também possui o peso simbólico da ruptura com os laços afetivos e parentais que o ligam à figura do pai.

“ *Tenho dois mais velhos e dois mais novos, estes irmãos são de famílias diferentes, famílias que ele não assumiu. [Ele] Dizia que filho de vagabunda não tem pai.*

Os dois mais velhos são de uma relação anterior ao casamento com a minha mãe, e os dois mais novos são filhos dele com uma outra mulher, extraconjugalmente. Do relacionamento com a minha mãe, ele teve a mim e a minha irmã, que faleceu aos 5 anos.

Eu os conheci [os irmãos] porque meu pai estava internado e quis que nós todos nos conhecêssemos antes dele morrer. Eu acho que ele fez isso pra se redimir de alguma forma, porque a gente não se dava bem. Mas nem no fim da vida ele fez as coisas direito.

Os dois mais novos me tratavam bem durante o tempo que meu pai esteve doente, mas, após a morte dele, por causa dessas coisas de herança e inventário, o respeito acabou.
(Alê)

É notável que o conflito com o pai se faz tão presente na vida de Alê que, mesmo quando o assunto em discussão não diz respeito a ele, a relação com o pai emerge, fazendo com que ele traga à tona assuntos, como a infidelidade paterna, o machismo e os sentimentos de mágoa em relação a ele.

Autorreconhecimento: identidade e corporeidade

Ao se descrever, Alê afirma ser um homem de ação, que tem uma necessidade de estar ativo. No discurso do participante, destaca-se a utilização dos termos “homem de ação” e “ativo”, ambos culturalmente ligados ao comportamento masculino. Desse modo, podemos verificar que os estereótipos de gênero se encontram imbricados na cultura, de tal forma que seguem sendo reproduzidos mesmo que de maneira imperceptível.

Definindo-se como um sujeito de ação, Alê revela o reconhecimento de sua capacidade de agência e da responsabilidade, colocando-se no mundo como um sujeito capaz.

“ *Eu sou um cara que gosta de verdades, sou mais da ação do que de estar escrevendo. Eu tenho a necessidade de sempre estar ativo, de sempre fazer alguma coisa, de procurar ajudar alguém de alguma forma. (Alê)*

Ao falar de si, o entrevistado nomeia algumas conquistas pessoais relacionadas a sua trajetória acadêmica e ao seu trabalho na militância social, destacando que sua atuação política é um traço importante na constituição de sua personalidade. Esta narrativa sugere o desejo por reconhecimento, não somente pela sua identidade de gênero, mas também entre seus pares por sua atuação política.

“ *Me descrevo como militante dos direitos humanos, com ênfase em transgeneridades. Sou coordenador setorial do IBRAT setorial, assessor da coordenação de direitos humanos da OAB... Essas são coisas que dizem respeito a sua humanidade e ao que você faz, mas é só um recorte. (Alê)*

Alê passou a se reconhecer como um homem trans aos 40 anos de idade, após entrar em contato mais próximo com mulheres trans e travestis. Apesar de sempre ter se identificado como Alê e ser tratado por pronomes masculinos desde muito cedo, o entrevistado revela nunca ter feito uma reflexão em profundidade a respeito de sua identidade de gênero, isso pode ser explicado pelo motivo de ele nunca ter, de fato, se identificado com os homens, mas com as masculinidades.

A epifania de gênero se deu após a leitura de algumas obras que tratavam desta temática, nas quais passou a ter contato com os conceitos de transgene-

ridade, identidade de gênero etc. Mas o momento determinante desta epifania aconteceu após a intervenção de uma amiga que, ao final das leituras, trouxe a ele o primeiro questionamento a respeito de sua identidade de gênero ao lhe perguntar: “Com base no que você leu, você é homem ou mulher?”. Este momento representou o momento em que, de fato, passou a se compreender como um homem trans. É importante ressaltar que seu reconhecimento se deu a partir do reconhecimento do outro.

“ Depois de muito tempo, mais de 20 anos, eu entro no Facebook e encontro um grupo: “todos contra a transfobia”, daí eu comecei a perguntar tudo, porque eu não conhecia nada, nunca tinha ouvido falar em nada disso. Eu conheci a Giuliana Zamboto Furlan, de um grupo chamado T-factor, e ela me ensinou tudo, ela abria a câmera do Skype e me ensinava tudo com a maior paciência do mundo, ela me ensinou a viver no mundo. Também conheci a Priscila Vasquez, uma mulher fantástica, psicóloga incrível... e todas elas já me enxergavam como homem trans, mas eu era só Alê*, eu não tinha essa nomenclatura e infelizmente, no meu documento, tava lá que era feminino. Aquele feminino lá me causava um grande peso nas costas, mas eu era Alê, eu era o tiozinho, já estava com 40 anos.

Aí a Priscila me deu um monte de livro, me deu Foucault, Butler e um monte de outros livros sobre sexualidade e identidade de gênero e me disse: “Depois que você ler esses livros, eu quero te fazer uma pergunta, quero conversar com você.” Daí, depois de uns meses, eu cheguei com ela e dis-

se que já tinha terminado, daí ela disse que ia me fazer uma pergunta: “Agora me diz, você é homem ou mulher?” Porra, velho! O chão se abriu, eu tinha lido aquilo, mas não tinha me colocado naquele contexto e, nesse momento, eu passei a enxergar toda a minha vida, as coisas que eu vivenciei, toda a violência, tudo. Então foi aí, aos 40 anos, que eu fui saber qual era o nome do que eu sentia e aí eu percebi o quanto é violento você esconder de uma pessoa quem ela é. Essa molecada de hoje não sabe o quanto eles têm sorte, hoje tem tudo aí. (Alê)

O entrevistado revela não ter se identificado com nenhum modelo de masculinidade com o qual teve contato, pois estes eram todos ligados à violência, tendo elegido modelos femininos para a construção de sua subjetividade e, conseqüentemente, de sua masculinidade. Dessa forma, pode-se perceber que os referenciais de masculinidade de Alê foram construídos a partir de um homem ideal, que se aproximasse do ideal masculino construído pelo imaginário feminino. Alê também elege dois tios como referenciais de masculinidade saudáveis.

“ *Eu nunca tive um modelo de masculinidade, um homem pra me espelhar, eu me construí do zero a partir de mim mesmo. Eu tive ídolos como o Arnold Shwazznegger pela história dele, de superação; eu gostava do Oscar do basquete, porque eu jogava basquete e meu pai me tirou isso. Mas meus ídolos eram as mulheres. A minha referência eram as mulheres, até porque os homens eram tudo escrotos, e eu*

não queria nada disso. Então eu recusei toda essa coisa dos homens. (Alê)

Alê afirma que as mulheres tiveram um papel preponderante na construção de sua identidade masculina ao apresentar a ele a possibilidade de expressar a sua identidade sem utilizar referenciais violentos.

“ [...] sou muito grato as mulheres, porque foram elas que me ajudaram a me construir, elas que me ajudaram a moldar quem eu sou.

Alguns pontos da masculinidade que me apresentavam não condiziam com o que eu queria pra mim, então a minha masculinidade, a masculinidade que eu expresso e me identifico, foi construída com referências femininas. Eu queria alguns pontos da feminilidade, como gentileza, humanidade e tal, por isso eu acredito que homens gentis são mais fortes, por eles lutarem contra toda essa imposição da violência.
(Alê)

Ao ser questionado sobre o sentido da masculinidade, o entrevistado aponta que o sentido da masculinidade está inserido em sua própria vivência, no que sente, nas experiências que vive. Alê revela também que o sentido da masculinidade é reafirmado a partir do reconhecimento mútuo.

“ [...] o sentido da masculinidade vem no reconhecimento do outro: ser reconhecido, ser respeitado pelo outro. Porque o outro é quem te invalida, quem não respeita quem você é,

quem não te enxerga. (Alê)

Ao longo da entrevista, percebeu-se que Alê concebe a masculinidade do homem (cisgênero) como um signo marcado pela violência e por uma relação de poder, na qual as mulheres são subalternizadas. Já a sua compreensão a respeito da masculinidade se revela a partir de uma pluralidade, portanto, masculinidades, nas quais são admitidas diversas manifestações e expressões que não necessariamente são performadas pelo homem cisgênero. Dessa forma, podemos dizer que Alê se constrói a partir de um modelo de masculinidade crítica, em que contesta os elementos presentes na masculinidade hegemônica e estabelece uma relação de igualdade e respeito com as mulheres.

Percepções do corpo em transição

Diferentemente dos demais participantes, Alê conta que não vivenciou um grande sentimento de desconforto em relação ao corpo, pois, segundo ele, a utilização de roupas mais largas lhe permitia obter uma leitura social masculina.

“ *Eu sempre tive uma relação muito bom com o meu corpo, sempre foi muito legal, entre aspas. Eu vestia umas roupas folgadas, fui punk, fui heavy, fui grunge... e toda essa relação tem a ver com o meu corpo. Todo esse contexto de mudanças teve a ver com o meu corpo, pra eu não ser como o esperado, pra eu não usar aquelas roupas esperadas socialmente. O masculino sempre me colocou muito mais tran-*

quilo, então eu achava que tinha alguma coisa que não me fazia bem, mas era bem diferente naquela época. Nos anos 1980, a gente não discutia transexualidade, nem sexualidade, a gente discutia na real. Era tudo mais libertário, mas também tudo mais escondido. (Alê)

O participante revela que, mesmo mantendo uma relação positiva com a sua imagem corporal, em alguns momentos sentiu que o corpo pré-transição o privou de vivenciar plenamente algumas experiências em relacionamentos anteriores.

“ [...] então pensando em como eu era, eu tinha um pequeno desgosto com o meu corpo, que me privou também de algumas relações, mas eu tive muitos namorados e namoradas, mas nunca mantive relações (sexuais) com homens cis, não é a minha cara, eu não gosto mesmo. (Alê)

O destino da transição: reflexões sobre as cirurgias

Alê revela ter realizado a cirurgia de mamoplastia, mas não se mostrou satisfeito com o resultado devido a um erro médico, que acarretou um considerável dano ao seu sentimento de autoestima.

“ Eu fiz a mamoplastia que ficou imperfeito, porque sofri um erro médico, mas depois eu coloquei uma tatuagem por cima. E eu que não sentia disforia, tive disforia após a mamoplastia, porque ficou com um buraco aqui do lado... porque ele tirou muita gordura e não levou em conta de que eu

sou um homem gordo. (ALÊ)

Por ter um sentimento positivo em relação ao seu corpo, Alê revela não possuir o desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual, reafirmando que se sente confortável com o genital que possui. Mas considerando a possibilidade de os resultados da cirurgia serem completamente satisfatórios, em termos de funcionalidade, confessa que se submeteria ao procedimento. Fica evidente, em seu discurso, o desejo pelo pleno reconhecimento de sua identidade de gênero, que em seu entendimento somente poderia ser alcançado se o seu corpo estiver plenamente adequado ao sistema sexo x gênero.

“ *Se for perguntar se eu quero botar um pênis, eu não quero. Eu estou bem com o meu genital, mas, por exemplo, se me dessem uma cirurgia que ficasse tudo perfeitoinho, eu faria. Mas agora não. Eu tô bem assim, saca...eu só fico mesmo pensando em sofrer discriminação por causa do genital, porque a minha vida inteira foi ficar combatendo essas porcarias dessas discriminações e eu queria um pouco de paz... e talvez esse genital, pudesse me trazer algumas complicações porque eu tenho ainda algumas cirurgias a serem feitas (não referentes ao processo transexualizador). (Alê)*

Alê demonstra o interesse em realizar a cirurgia de histerectomia total, que consiste na retirada do útero, das trompas e ovários. No discurso do participante, observamos que, em maior ou menor grau, as pressões sociais pela normatização do corpo atingem os homens trans, fazendo-os sentir-se coagidos a realizar uma série de procedimentos cirúrgicos para se sentir aceitos.

Outra preocupação do participante diz respeito ao medo da negligência médica provocada por transfobia. Esta preocupação justifica-se devido a ele ter experienciado diversas situações de transfobia em diversas esferas de sua vida.

“ [...] eu fico com medo só dessa cirurgia de genital causar algum problema nas outras cirurgias, porque a gente coloca o nosso corpo, a nossa vida nas mãos de um médico e imagina se eu pego um médico transfóbico? Eu posso sofrer aí uma transfobia. A única cirurgia do processo transexualizador que eu ainda preciso fazer é a de histerectomia, que eu deveria ter feito há muito tempo, mas aqui não é tão fácil, provavelmente eu tenha que entrar com um processo pra conseguir. (Alê)

Reflexões sobre a vivência

O entrevistado revela se reconhecer dentro de um amplo espectro das masculinidades, revelando, dessa forma, a negação a uma noção de masculinidade hegemônica. Quando revela se reconhecer em masculinidades plurais e não se reconhecer nos homens, o entrevistado salienta que o modelo de masculinidade que foi apresentado pelos homens (cisgêneros) está relacionado à violência, e isto não o representa.

A partir da narrativa do entrevistado, é possível notar que, desde muito jovem, ele teria rejeitado as imposições de uma socialização de gênero feminino, passando a expressar seu gênero e sua subjetividade da maneira que lhe parecia mais natural, não tendo absorvido nenhum valor ou padrão de

comportamento esperado de uma menina, pois tinha plena certeza de não ser uma.

“ *Eu me reconheço, desde os 5 anos de idade, dentro das masculinidades, e eu faço questão de dizer isso, pois eu não me reconheço nos homens... eu me reconheço no que é masculino, em masculinidades e vivo essa masculinidade dos 5 em diante, até hoje. Enquanto era criança, dos 5 aos 6 anos, nos 6 anos é que isso começou a encher o saco. Quando eu entrei na escola, ainda no prézinho, algumas crianças, uma ou duas, me tratavam com diferença por eu ser muito ativo, ao contrário das meninas... o trepa-trepa [brinquedo] era meu. Eu cheguei a dominar esse brinquedo, impondo a força mesmo... eu gostava de brincar de pega-pega e essas coisas, e não era a brincadeira que a professora esperava que eu fizesse. Como era um colégio de freiras, ela tentava me colocar em outras atividades, mas não dava jeito. Eu não me lembro bem, mas acho que ela fazia algumas reclamações sobre isso com a minha mãe. Nessa época, a minha mãe me deu espaço pra ser criança, e o meu pai também. Nessa época, eu pude ser criança, meu pai me dava bola, e a minha mãe, bonecas, mas eu tinha liberdade de escolher e nunca escolhia as bonecas. (Alê)*

O entrevistado afirma que, mesmo sendo apontado pelos outros como menina ou sofrendo com as cobranças para que performasse um comportamento feminino, ele mantinha-se firme em sua expressão de gênero mascu-

lina.

Sobre o seu processo de reconhecimento da identidade de gênero, o entrevistado revela que, desde a sua infância, não se adequava às expectativas de gênero, impostas na socialização familiar e escolar, passando a naturalmente rejeitar os papéis de gênero femininos. Ele conta que começou a perceber os conflitos decorrentes de sua expressão de gênero a partir dos 6 anos de idade, quando algumas crianças da escola passaram a tratá-lo com diferença.

Por ter tido uma socialização entre os demais meninos, o entrevistado internalizou certos comportamentos relativos a um padrão de masculinidade hegemônica, como a necessidade de demonstração de força e vigor físico, a competição e a violência. Sobre este último aspecto, ao longo da sua infância, Alê passou a vivenciar situações de violência física e verbal por parte dos outros garotos do bairro, que não aceitavam a forma não normativa com a qual ele expressava seu gênero.

“ *A minha adolescência toda foi pautada com violência também, e achava que isso já era normal, Eu achava que eu tinha que impor o respeito, que eu tinha que brigar o tempo inteiro, porque, se eu baixasse a bola, eles iriam me bater.*
(Alê)

A grande frequência de ataques físicos e verbais sofridos por ele desde muito cedo fez com que ele passasse a reagir de forma violenta. Na cultura ocidental, a violência é a linguagem da masculinidade e para ser incluído entre os homens, logo ele precisou se apropriar desta linguagem, não como uma forma de reafirmação, e sim como estratégia de sobrevivência. Mes-

mo combatendo fortemente os estereótipos de gênero, o entrevistado parece não ter “escapado” das pressões da masculinidade hegemônica, ainda que nem todas estas pressões nunca tenham sido lançadas diretamente a ele. Ao introjetar a ideia de que precisava atuar como protetor de sua irmã (quando diz que seu papel era ser “o segurança dela”) e de que não deveria levar problemas para casa, numa clara referência aos estereótipos de que meninos não choram.

“ *Eu era um moleque como outro qualquer, mas já vivenciava algumas formas de violência na rua, violência verbal, e alguns meninos já queriam me bater, e a gente saía no soco, na porrada. Quando eu tinha 9 anos, aconteceu uma tragédia na nossa família, a minha irmã faleceu aos quatro anos. Eu era o “segurança” dela, eu amava essa menina e não deixava nada acontecer com ela. Foi muito trágico, pois eu estava de mãos dadas com ela quando ela foi atropelada. Minha mãe ficou em choque! Foi terrível! Nós a levamos ao INPS, mas ela veio a falecer mesmo assim. Com o falecimento dela, vários fatos começaram a ocorrer dentro da minha casa... Houve uma série de acusações da família do meu pai contra a minha mãe, eles colocaram a culpa nela, e ela só fazia chorar por dias e noites, dias e noites por anos. Dois anos se passaram dessa forma, e com isso eu comecei a não trazer problemas pra ela, porque eu entendia que meus problemas eram menores do que o sofrimento dela, então eu passei a resolver os meus problemas sozinho, porque a minha mãe precisava de mim enquanto o meu pai a acusa-*

va, a família dele a acusava, ela só tinha a mim. Ela só foi se recuperar após dois anos, pois teve um alento numa igreja que ela passou a frequentar e frequenta até hoje.

As brigas na rua, as situações de violência passaram a se agravar devido a minha expressão de gênero, que sempre se apresentou de maneira muito forte e bem delineada. Eu não levava nenhuma destas preocupações a ela. Às vezes, ela sabia que tinha acontecido alguma coisa, que eu tinha apanhado, mas eu negava e dizia que tava tudo resolvido.

(Alê)

O entrevistado expõe que, durante a adolescência, também vivenciou diversas situações de violência e atribui esta violência à transfobia, pois, ainda que se apresentasse de modo bem masculino, se relacionava afetivamente com homens, portanto não se tratava de violência homofóbica. Alê reconhece que, mesmo não reconhecendo-se formalmente como um homem trans, na época a violência que sofria deveria ser de natureza transfóbica, pois se direcionava a sua expressão de gênero.

“ *Essa violência era confundida com homofobia, mas como, durante a adolescência, eu também namorei alguns caras - nada de sexo, só dava uns beijos - e, mesmo me relacionando com alguns garotos, ainda estava sujeito a esse tipo de violência. Então não era homofobia, porque eu não me identificava como lésbica; a violência se dava devido a minha identidade, a minha expressão de gênero, então era transfobia mesmo. (Alê)*

Alê conta que, mesmo tendo se identificado dentro do espectro de masculinidades, não tinha conhecimento da existência de pessoas trans, tendo tomado consciência disso apenas ao ver uma revista com Roberta Close. A leitura da revista representou o primeiro contato com a transexualidade.

O primeiro contato que ele teve com a experiência transmasculina se deu por meio da leitura de “A queda para o alto”, obra biográfica do poeta trans Anderson Herzer. Na obra, Herzer é apresentado por seu nome civil e é descrito no prefácio como uma pessoa que “passou a se sentir e se portar como se fosse homem”. Alê reconhece a obra de Herzer como uma importante etapa no processo de reconhecimento de sua identidade transmasculina, pois permitiu que ele pudesse se reconhecer em vários momentos da trajetória de vida do autor, mas pondera que, embora tenha percebido algumas similaridades entre a história de vida do autor e a própria vida, ele acreditou se tratar de uma obra de ficção.

Podemos concluir que, ao considerar a narrativa de Herzer ficcional, Alê não estaria negando a legitimidade da narrativa do autor, mas a legitimidade de seus próprios sentimentos. É importante salientar que este movimento de negação não significa que ele estivesse sistematicamente apagando as experiências vividas e nem sufocando os seus sentimentos, e sim como forma de evitar entrar em contato com uma situação de conflito.

“ *A minha primeira autoidentificação veio quando eu li “A queda para o alto” do Herzer. Ao mesmo tempo em que eu me identifiquei, eu achei que era uma ficção. Eu me identifiquei, mas continuei me identificando apenas como Alê. Sou Alê e acabou. Ao mesmo tempo em que eu me via como “o Alê”, eu não tinha como brigar com uma sociedade inteira... mes-*

mo que eu já brigasse, mas eu tinha que viver com o fantasma daquele documento. Mas as pessoas me chamavam de Alê e pra mim tava tudo bem. Eu sempre fui só Alê desde os 5 anos. (Alê)

Identidade psicológica atual

Ao buscarmos traçar uma identidade psicológica atual, percebemos que a identidade do participante se relaciona diretamente com a sua atuação política nos movimentos sociais. O desejo pelo reconhecimento se mostra bastante presente em sua narrativa. Neste aspecto, o reconhecimento almejado ganha sentidos múltiplos, pois demonstra que Alê deseja ser reconhecido como sujeito e também deseja ganhar reconhecimento por sua atuação política e pelas suas contribuições ao movimento de homens trans.

Capítulo 6

A experiência do
reconhecimento de si e do
outro

Chegamos ao momento final do livro. Hora de fechar uma Gestalt, abrir novas veredas de pesquisas e participação política. Buscamos investigar a compreensão de homens trans sobre a construção e o sentido da masculinidade a partir da experiência de seu autoreconhecimento, referenciando a obra “Percurso do reconhecimento”, de Paul Ricoeur.

Admitimos a proposição de que o fenômeno da transmasculinidade é percebido a partir de uma hermenêutica de si mesmo, uma vez que, ao longo da existência, os colaboradores do estudo mostraram a preocupação em responder à questão: quem sou eu? Impactando e reinterpretando as trajetórias de vida, em busca de elementos que possam dar sentido à identidade psicológica atual.

Iniciamos a compreensão da masculinidade trans enquanto um percurso. Assim identificamos que a experiência do reconhecimento se inicia pela sensibilização e segue a ressignificação dos termos homem e mulher e, conseqüentemente, apresentação de uma atualização da compreensão de si mesmos.

Ao reconhecer o termo homem trans, os participantes retomam o sentido de algo já conhecido, no caso, o termo homem – que era compreendido culturalmente como o macho da espécie humana, cuja estrutura anatômica é descrita pelas ciências biológicas como o ser dotado de um aparelho reprodutor masculino etc. –, dando-lhe um novo sentido que se opõe à determinação biológica e, portanto, reconhecendo-o (no sentido de conhecer novamente) a partir de novos elementos de ordem social e cultural e não mais biológicas.

Voltando-se à experiência do reconhecimento de si, o sujeito passou a identificar elementos em sua trajetória pessoal que dão pistas de que, em alguns momentos de sua vida (no passado e/ou no presente), se ajustaram à

nova compreensão da identidade homem. Nesse sentido, destacamos a importância da memória e da imaginação na constituição da identidade psicológica destes sujeitos.

Utilizando-se do dispositivo da memória, os participantes relembram situações significativas em seus passados; utilizando-se da imaginação, eles presentificam as experiências passadas reinterpretando-as de acordo com a compreensão atual de si mesmos. É importante salientar que estas novas interpretações não atuam na produção de memórias falsas, e sim o recurso imaginativo é utilizado para construir o sentido presente da sua experiência de reconhecimento.

Consideramos que a constituição da identidade dos sujeitos se dá nos primeiros anos de vida e ocorre conforme a uma experiência de reconhecimento. Ao nascer (ou mesmo antes do nascimento), os indivíduos são reconhecidos, primeiramente, como filhos, recebem um nome, um sobrenome, uma atribuição de gênero e são localizados em uma posição na estrutura familiar.

Apesar de arbitrária, esta primeira experiência de reconhecimento norteia a constituição do sujeito: eu sou Maria, filha de José e Francisca, irmã de João e sou um membro da família Silva. A partir destes marcadores iniciais, Maria constrói sua identidade subjetiva e de gênero, reconhecendo-se e sendo reconhecida mutuamente. No caso de uma pessoa trans, podemos interpretar que esta forma de reconhecimento não ocorre de forma mútua, uma vez que o indivíduo, apesar de reconhecer a relação parental, a alteridade dos demais membros da família e os papéis que cada um deles representam na estrutura familiar, não reconhece a si mesmo da forma que lhe é imposta, não se reconhece/identifica no gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, no nome que recebeu e nem no papel que deve desempenhar na dinâmica familiar.

Ao se identificar como um homem trans, o sujeito passa a reivindicar um reconhecimento a partir de uma identidade masculina. Dessa forma, podemos interpretar que, ao evocar em seu passado elementos que deem sentido à sua identidade de gênero, os sujeitos parecem buscar uma atestação de sua identidade de gênero, portanto, o reconhecimento de sua experiência.

É possível perceber que o sentido de reinterpretar a própria história de vida não se encerra na necessidade de atestação, e sim revela que a compreensão da identidade de gênero possibilitou que estes sujeitos pudessem compreender as situações vivenciadas no momento anterior à transição de gênero, dando sentido a elas. Considerando esta perspectiva, podemos assinalar que a experiência da transição de gênero deu sentido à existência destes sujeitos.

Os participantes relataram terem reconhecido a si mesmos como homens desde a infância, quando perceberam que não se enquadravam nas expectativas de gênero. Podemos concluir, dessa forma, que o reconhecimento da identidade transmasculina ocorre através de uma experiência de desconhecimento, de uma não identificação com a identidade feminina e simultaneamente através de uma identificação a partir de uma identidade masculina.

Por meio das narrativas dos participantes, notamos que a identificação com a masculinidade pode ser construída de acordo com um modelo que pode ser um pai, um avô, um personagem de cinema ou qualquer outro homem, mas este modelo não representa necessariamente uma referência positiva. Desse modo, podemos concluir que a identificação pode ocorrer tanto por similaridade quanto pela diferença. A narrativa dos participantes demonstrou que um modelo de masculinidade caracterizado como negativo serve como referência do que não gostariam de reproduzir.

Embora possamos considerar a importância das vivências anteriores à transição de gênero na construção da subjetividade transmasculina, para fins deste estudo, consideramos que a experiência do reconhecimento da identidade transmasculina inicia-se somente após o momento em que o sujeito conhece os significados dos termos transexualidade, transgeneridade ou transmasculinidade, passando a se identificar com eles.

As narrativas dos participantes favoreceram verificar que todos eles passaram por experiências semelhantes ao se reconhecer; relataram ter conhecido a masculinidade trans em fóruns virtuais onde tiveram contato com outros homens trans e puderam perceber que as experiências narradas por estes outros homens ecoavam em suas próprias narrativas. Dessa forma, compreendemos que a experiência do reconhecimento de si também se dá por meio do reconhecimento no outro e que, ao reconhecer o outro, reconhecemos a nós mesmos.

Após a realização da pesquisa, aferimos que a busca por reconhecimento se constitui como uma questão muito importante para os homens trans, já que esta questão se faz presente por toda a vida da pessoa, desde que ela se reconhece como uma pessoa trans. A transfobia a que estão sujeitos os homens trans representa a mais significativa forma de desconhecimento na vida destes homens, pois é o que impede que eles sejam reconhecidos como homens, como sujeitos capazes e mesmo como seres humanos.

A negativa do reconhecimento é utilizada para justificar a violência perpetrada contra estes sujeitos, de modo que a luta por reconhecimento deixa de ser somente uma forma de resistência a um sistema opressivo e passa a se apresentar como uma estratégia de sobrevivência.

No interesse em serem reconhecidos, observamos que, em situações

específicas, os participantes demonstraram-se pressionados a performar estereotipações de gênero. A adoção destes comportamentos se justifica pela necessidade de se adequar a uma leitura social masculina, diante das constantes ameaças de deslegitimação de gênero geradas pela cis-heteronormatividade e pelo culto à masculinidade que pressionam os homens (cisgêneros e transgêneros) a se afastar de tudo aquilo que é culturalmente relacionado ao feminino.

Desse modo, é seguro afirmar que homens trans não estão isentos de reproduzir o machismo, uma vez que estes valores estão de tal forma imbricados no seio da sociedade que, mesmo conhecendo os efeitos desta opressão, estes homens, em algum momento, serão cobrados a reproduzi-los, seja para se sentirem aceitos perante os demais homens, seja para receber algum tipo de validação de sua masculinidade.

A pesquisa também demonstrou que a cisnormatividade mantém uma forte influência na percepção dos participantes sobre os próprios corpos, já que os sentimentos de inadequação corporal podem se relacionar mais com as pressões sociais por um corpo normativo do que pelos próprios sentimentos em relação ao corpo. Esta afirmação pode ser percebida quando os participantes relatam manter uma relação positiva com os seus genitais, mas intimamente se sentem pressionados a realizar uma cirurgia de transgenitalização por acreditarem que a realização desta cirurgia seja capaz de anular os efeitos da transfobia que sofrem por serem homens trans.

Finalmente a pesquisa demonstrou que a percepção do outro interfere radicalmente no autorreconhecimento dos sujeitos, visto que a validação deste reconhecimento é outorgada ao outro. Podemos perceber que a situação de opressão a qual os homens trans estão submetidos, em virtude do não reco-

nhecimento, pode gerar severos danos à autoestima deles, à saúde mental e à percepção de si mesmos, de modo que passem a acreditar que o reconhecimento de suas identidades pode ser negociado pela cisnormatividade.

Referências

ALMEIDA, G. 'Homens Trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, maio-ago. 2012.

AMARAL, D.M. **A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde**. 2007. 119f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2007.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual de diagnóstico e Estatísticas das perturbações mentais - DSM**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual de diagnóstico e Estatísticas das perturbações mentais - DSM**. 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

ANDRADE, C.C.; HOLANDA, A.F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 259-268, 2010.

ANDRADE, S.M.O.; TANAKA, O.Y. Interacionismo interpretativo: Uma nova perspectiva para as pesquisas qualitativas. **Ensaio e Ciência: Ciências biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 5. n. 3, pp. 55-72, dez. 2001.

AVILA, S. **Transmasculinidades: A emergência de novas identidade Políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2014.

BAGAGLI, B.P. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo, 1980.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOTTON, F.B. As masculinidades em questão: Uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, n. 19 e 20, p. 109-120, 2007

BRÍTO, G.F.; DE PAULA, J.V. A masculinidade e a ideologia: A socialização masculina. **OPSIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 173-188 - jul./dez. 2013.

CONNELL, R.W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R.W.; MESSERSCHMIDT, J.W. Masculinidade Hegemônica: Repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, jan.-abr. 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DICIONÁRIO AURELIO. **Gênero**. Versão Digital.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade do saber. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1988.

FRANÇA, C. **Psicologia Fenomenológica**: Uma das maneiras de se fazer. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

GARCÍA, L.F. **Nuevas masculinidades**: discursos y prácticas de resistencia al Patriarcado. Quito: FLACSO Ecuador, 2015.

GASPODINI, I.B.; NERY, J.W. Transmasculinidades: provocações introdutórias. In: DIFANTE, E.M.S.; PICHLER, N.A.; GUIMARÃES, W. (Org.). **Filosofia, homoafetividade e mulheres: questões emergentes**. Ied. Passo Fundo (RS): Méritos, 2014. v. 1, p. 75-90.

GIORGI, A.; SOUSA, D. **Método fenomenológico de investigação em psicologia**. Lisboa. Ed. Fim de século, 2010.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida quotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. (Antropologia; 8)

GUEDES, M.E.F. Gênero: o que é isso? **Psicologia Ciência e Profissão**, 1/2/3, 1995.

GUERRA, E.L.A. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONETH, A. **A Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

JANUÁRIO, S.B. **Masculinidades em (re)construção**: Gênero, Corpo e Publicidade. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016.

JESUS, J.G. **Transfeminismo**: Teorias e Práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, J.G. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2013a.

JESUS, J.G. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. **Anais...** Universidade do Estado da Bahia – Campus I, Salvador, 2013b.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília,

lia: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadese sexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>
Acesso em: 20 maio 2019.

KENNEDY, N. Crianças Transgênero: Mais do que um desafio teórico (Transgender-children: more than a theoretical challenge). **Cronos**, v. 11, n. 2, p. 21-62, 2010

LEONARDO, R.C.; ATHAYDE, T.; POCAHY, F.A. O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas. In: V SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES. **Anais...** 2014. Rio de Janeiro, Anais. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MDI_SA2_ID903_I7072017205519.pdf Acesso em: 20 maio 2019.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set.-dez. 2008.

OLIVEIRA, André Lucas G. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (dês) patologização das identidades (trans). In: JESUS, J.G. **Transfeminismo**: Teorias e Práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OMS. Cid 10: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 10 ver. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OMS. Cid 11: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 11 ver. Genebra: OMS, 2019.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, A.; CASTRO, E.H.B.; MIRANDA, D. Compreensão fenomenológica existencial da identidade de homens trans. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 8, n. 2, p. 228-239, 2018.

PIMENTEL, A.; CASTRO, E.H.B. Ajustamento Criativo e enfrentamento a subalternidade por mulheres negras e lésbicas. **Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 113-126, jan./jun. 2019

PIMENTEL, A. Interrogar Masculinidades em Belém do Pará. **Contextos Críticos**, v. 4, p. 1-10, 2011.

PIMENTEL, A. Configuração da Violência Psicológica Intrafamiliar em Belém do Pará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2008.

REGO, F.C.V.S. Hipertrofia muscular como expressão da masculinidade entre homens transexuais: masculinidades e ética antropológica. In: 29 REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Anais...** Natal/RN, 2014.

RICOEUR, P. **Percurso do Reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006

SAADEH, A. **Transtorno de identidade sexual**: Um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino. 2004. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetivida-

de. **Luta Sociais**, n. 2, p. 59-70, 1997.

SALEIRO, S.P. **Trans Gêneros**: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2013.

SANTANA, V.C.; BENEVENTO, C.T. O conceito de gênero e suas representações sociais. EFDeportes.com – **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 17, n. 176, jan. 2013.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, W.B. **Adolescência heteronormativa masculina**: Entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016.

SCOTT, J.W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, S.G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, set. 2000. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SI414-98932000000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVA, S.G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006.

SILVA T.T. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SILVA NETO, M.V. **O armário da epistemologia**: Das imagens ao imaginário: o homossexual como metáfora da doença e o gay como metáfora da cura. 2010. 186 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

TENÓRIO, L.F.P.; PRADO, M.A.M. Os impactos e contradições da patologização das transidentidades e argumentos para a mudança de paradigma. *In*: VAL, A.C.; DIAS, F.M.V.; GOMES, G.L. (org.) **Multiplicando os gêneros nas práticas em saúde**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

VALE DE ALMEIDA, M. **Masculinidade - verbete**. *In*: MACEDO, A.G.; AMARAL, L. Dicionário da crítica feminista. Porto: Edições Afrontamento, 2005. p. 122-123

VERAS, E.F; ANDREU, O. G. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). **História, histórias**. Brasília, v. 1, n. 5, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA T.T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Ed. Vozes. 2000.

